



MINISTÉRIO DO
TURISMO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

Diagnóstico de
Políticas Públicas do
Turismo de Observação
de **Aves** no Brasil

TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES

Projeto 914BRZ4024

UNESCO - Ministério do Turismo

Cooperação Ministério do Turismo, UNESCO e Agência Brasileira de Cooperação
/ Ministério das Relações Exteriores

- PRODUTO 2 -

**Diagnóstico de Políticas Públicas do
Turismo de Observação de Aves no Brasil**

Consultora: Cecília Licarião

**MINISTÉRIO DO
TURISMO**



2025, Ministério do Turismo

Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o autor e a obra.

Coordenação e Execução

Ministério do Turismo e Unesco

1ª Edição

Distribuição gratuita

Disponível no portal eletrônico www.gov.br/turismo

Ministério do Turismo

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º andar

70.065-900 – Brasília-DF

FICHA CATALOGRÁFICA

Brasil. Ministério do Turismo.

Diagnóstico de Políticas Públicas do Turismo de Observação de Aves no Brasil - 1ª Edição.

Brasília: Ministério do Turismo, 2025. 116 p.

1. Turismo. 2. Diagnóstico de Políticas Públicas. 3. Turismo de Observação de Aves
4. Aviturismo 5. Turismo de natureza 6. Políticas públicas de turismo 7. Conservação da biodiversidade

Observadores de Aves
Parque das Trilhas - Guaramiranga - CE
©Eunilo Rocha



◀ Ficha técnica

Projeto 914BRZ4024 | UNESCO - Ministério do Turismo

MINISTÉRIO DO TURISMO

Celso Sabino de Oliveira	Ministro do Turismo
Ana Carla Machado Lopes	Secretária Executiva
Cristiane Leal Sampaio	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Marco Henrique Borges	Diretor de Ordenamento, Inteligência e Desenvolvimento do Turismo
Fabiana de Melo Oliveira	Coordenadora Geral de Produtos e Experiências Turísticas
Ronald Jonas Neri	Coordenador de Desenvolvimento e Apoio à Comercialização
Humberto Pires da Silva	Administrador
Amanda de Sena Santos	Assistente Administrativo
Laísa Moraes Alcântara	Assistente Administrativo II

UNESCO

Marlova Jovchelovitch Noleto	Diretora no Brasil
Fábio Soares Eon	Coordenador dos Setores de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Sociais
Isabel de Freitas Paula	Coordenadora do Setor de Cultura

CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Cecília Licarião B. Luna	Consultora
Larissa N. de Sousa Amaral	Equipe de Consultoria
Eduardo Silva Franco	Equipe de Consultoria
Lorena Nepomuceno Duarte	Equipe de Consultoria
Fernando Straube	Equipe de Consultoria
Hugo Fernandes-Ferreira	Equipe de Consultoria

Sumário ↗

●	Apresentação	8
01	Objetivos do diagnóstico	10
02	Metodologia	12
03	Referencial Conceitual e Panorama Histórico	
3.1	Turismo de natureza no contexto internacional e nacional	16
3.2	Turismo de Observação de Aves no Brasil: Marcos Históricos	24
3.3	Casos de Sucesso Internacionais e Nacionais	29
3.4	Brasil como destino global para Turismo de Observação de Aves	51
04	Programas e Políticas Públicas	
4.1	Quadro normativo e institucional do turismo de observação de aves	55
4.2	Lacunas e desafios regulatórios	66
4.3	Perspectivas e fortalecimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil	68
4.4	Relevância do Diagnóstico para a Formulação de Políticas Públicas	71
4.5	Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo de Observação de Aves	72
4.6	Turismo de Observação de Aves e o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal	77



05

Plano de Ação

5.1 Linhas de Ação Prioritárias para o desenvolvimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil	80
5.2 Cronogramas	87
5.3 Atores-chave	89

Anexos

1 Linha do tempo do turismo de observação de aves no Brasil	91
2 Políticas públicas	96

Referências Bibliográficas

112

Arapaçu-rajado
(*Xiphorhynchus fuscus*)
©Cristine Prates

Foto da capa
Beija-flor-de-gravata-vermelha
(*Augastes lumachella*)
©Cristine Prates



Araçari-poca
(Selenidera maculirostris)
©Cristine Prates

Apresentação

O presente documento é resultado da parceria entre o Ministério do Turismo (MTur) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito do Projeto 914BRZ4024 - Promoção do turismo cultural em sítios do patrimônio cultural e natural, da economia criativa e de outras políticas vinculadas ao turismo e ao desenvolvimento sustentável. A consultoria contratada no âmbito deste projeto tem como propósito subsidiar o MTur na realização de estudos necessários à elaboração de um **diagnóstico abrangente sobre o Turismo de Observação de Aves no Brasil**, conhecido também como aviturismo ou *birdwatching*.

O turismo de observação de aves no Brasil emerge na interseção entre conservação da natureza, desenvolvimento local e qualificação de serviços turísticos. Apresentamos o referencial conceitual (ecoturismo, observação de fauna, capacidade de carga turística e manejo da visitação, ciência cidadã), reconstrói o panorama histórico do segmento no país e no exterior e descreve o marco institucional que rege a visitação em áreas naturais. A partir de casos de sucesso e da vantagem comparativa do Brasil em biodiversidade e endemismo, enunciamos **as perguntas-guia do diagnóstico e os indicadores de avaliação** que orientarão os capítulos seguintes por bioma e por destino.



Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender a oferta e a demanda do setor, identificar os principais entraves e desafios para implementar políticas públicas eficazes, que estimulem o desenvolvimento sustentável do Turismo de Observação de Aves no Brasil.

Este documento sistematiza os procedimentos metodológicos para a coleta de dados primários e secundários e apresenta os instrumentos de escuta qualificada dos atores da cadeia do turismo de observação de aves, os quais fundamentaram a elaboração do **"Diagnóstico de Políticas Públicas do Turismo de Observação de Aves no Brasil"**. Com esse referencial, será possível mapear a oferta de experiências, serviços e produtos especializados, identificar boas práticas, analisar políticas públicas existentes e compreender desafios e oportunidades para o fortalecimento do segmento no território nacional.

A metodologia proposta assegura uma abordagem ampla, participativa e representativa, considerando a diversidade de perfis, territórios e estágios de maturação das iniciativas. Para tanto, foram definidos instrumentos específicos de consulta a **consumidores, setor privado (guias, agências, atrativos), organizações da sociedade civil, poder público e promotores de eventos especializados**.

Ao adotar essa perspectiva colaborativa e inclusiva, o diagnóstico se estrutura não apenas como um levantamento técnico, mas como um processo de escuta ativa e construção coletiva, valorizando saberes, experiências e práticas que têm contribuído para consolidar o turismo de observação de aves como vetor de conservação ambiental, desenvolvimento territorial, geração de renda e valorização do patrimônio natural e cultural brasileiro.



01

Objetivos

Este documento contém o Diagnóstico das políticas públicas voltadas ao Turismo de Observação de Aves no Brasil e o levantamento de boas práticas em âmbito nacional e internacional. Tem por objetivo avaliar e fortalecer as iniciativas governamentais direcionadas ao turismo de observação de aves, propondo diretrizes para qualificar a oferta, ampliar os benefícios socioeconômicos e fomentar a conservação da biodiversidade.

Albatroz-de-nariz-amarelo
(*Thalassarche chlororhynchos*)
©Daniela Maia



Objetivos específicos

Analisar a implementação de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como parcerias com sociedade civil e iniciativa privada e sua coerência com outras políticas em ramos correlatos;

Identificar programas, instrumentos e incentivos existentes e sua aderência e efetividade às necessidades do segmento;

Mapear boas práticas nacionais e internacionais passíveis de replicação/ adaptação;

Levantar desafios (normativos, institucionais, de infraestrutura, capacitação, financiamento e promoção) e oportunidades para o setor;

Associar contribuições das políticas para conservação da biodiversidade, educação ambiental e ciência cidadã;

Avaliar impactos e perspectivas de inclusão social e econômica, com atenção a comunidades locais e tradicionais;

Caracterizar perfil da demanda e capacidade da oferta (guias, agências, empreendimentos, atrativos), incluindo acessibilidade e atendimento bilíngue;

Diagnosticar a infraestrutura de visitação e propor padrões mínimos de qualidade;

Recomendar modelos de governança e ordenamento da visitação em áreas protegidas e privadas.

A close-up photograph of a person's hands holding a pair of black binoculars. The person is wearing a dark blue jacket. The background is a soft, out-of-focus green, suggesting an outdoor setting like a forest or park. In the upper right corner, there is a large, semi-transparent white circle containing the number "02".

02

Metodología

Métodos

A elaboração do Diagnóstico do Turismo de Observação de Aves e das políticas públicas relativas ao segmento no país, bem como para o levantamento de boas práticas nacionais e internacionais envolveu as seguintes etapas:

Etapa 1: Alinhamento metodológico e revisão preliminar.

- Levantamento e revisão preliminar de publicações, políticas, programas, planos e normas relacionadas ao turismo de natureza e à observação de fauna, com destaque às aves, nas esferas federal, estadual e municipal.
- Mapeamento inicial de experiências internacionais pertinentes.

Etapa 2: Definição do roteiro de diagnóstico, critérios de consulta e aplicação dos instrumentos.

- Roteiro de diagnóstico; estruturação dos eixos analíticos (políticas e instrumentos; oferta e infraestrutura; mercado e promoção; governança; capacitação; conservação e ciência cidadã; inclusão e acessibilidade) e dos instrumentos de coleta (formulários digitais por segmento).

Etapa 3: Análise documental, tratamento dos dados e georreferenciamento.

- Análise documental das políticas e instrumentos coletados, com foco em implementação, lacunas e boas práticas.
- Tratamento e codificação temática das respostas qualitativas; consolidação estatística das respostas fechadas.
- Georreferenciamento de iniciativas, destinos e serviços em base nacional; vinculação a biomas, espécies-foco, infraestrutura e canais de comercialização.
- Validação técnica junto ao MTur e atores-chave (checagem de consistência e completude por região/bioma).



Critérios de consulta

- **Secretarias Estaduais de Turismo:** Contato com os Órgãos Oficiais de Turismo das 27 Unidades da Federação.
- **Unidades de Conservação (UCs):** Consulta a UCs federais, estaduais e municipais, priorizando áreas com visitação organizada ou potencial para observação de aves.
- **Setor privado:** Guias e condutores, agências e operadoras, empreendimentos de hospedagem e atrativos com atuação em turismo de natureza e observação de aves.
- **Sociedade civil:** Clubes de Observadores de Aves (COAs), Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e coletivos atuantes em conservação, educação ambiental e ciência cidadã.
- **Eventos:** Organizadores de festivais, encontros e iniciativas temáticas.
- **Diversidade territorial e sociocultural:** Amostra por bioma, região turística e perfil de território, com atenção a comunidades locais e tradicionais.



Instrumentos de coleta

- Formulários digitais segmentados (turistas e observadores; guias e condutores; agências e operadoras; empreendimentos e atrativos; sociedade civil; gestores estaduais e municipais; gestores de UCs; organizadores de eventos), com questões objetivas e abertas.
- Mobilização e alcance; Divulgação multicanal (redes institucionais do MTur e parceiros), incluindo peças audiovisuais curtas por segmento para ampliar taxa de resposta.



03

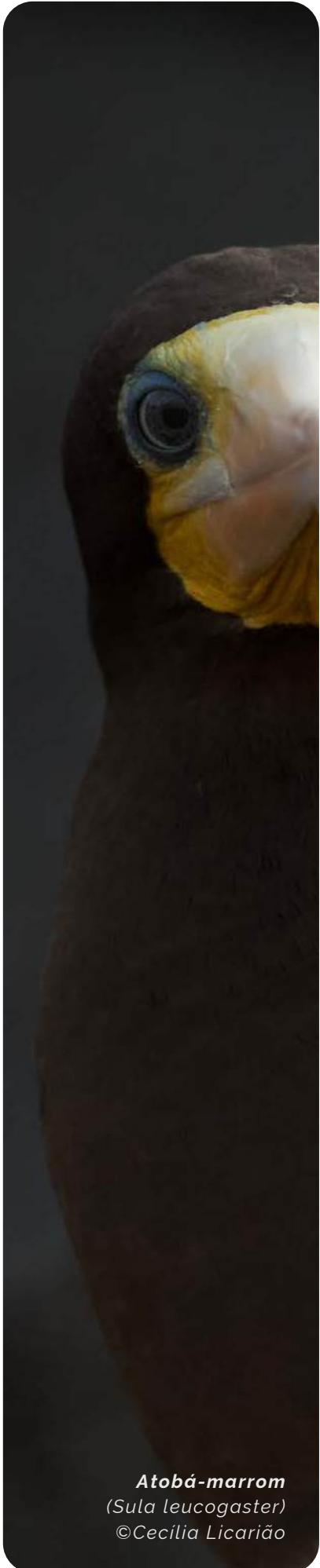
Referencial Conceitual e Panorama Histórico

3.1 Turismo de natureza no contexto internacional e nacional

A observação de aves integra o universo do turismo de natureza e tem se afirmado como prática de **potencial baixo impacto** que aproxima a sociedade dos ecossistemas e **reforça a necessidade de conservação**. Evidências científicas recentes associam encontros cotidianos com aves a melhorias significativas de bem-estar mental, inclusive entre pessoas com diagnóstico de transtornos como ansiedade e depressão, reforçando seu potencial de saúde pública e educação ambiental (Hammoud et al., 2022).

No âmbito do turismo, o segmento reúne **milhões de adeptos** no mundo todo e movimenta anualmente valores expressivos, impulsionados pela busca por fotografias, experiências autênticas e pela ampliação de listas pessoais de espécies avistadas, um modelo de gamificação da natureza. Essa prática, seja enquanto lazer ou em contexto científico, tem atraído um número crescente de praticantes (FWS, 2022). Internacionalmente conhecidos como *birders*, o número de adeptos dessa atividade vêm apresentando crescimento contínuo, impulsionados pela valorização das experiências imersivas e pela conscientização ambiental crescente entre os viajantes. A recuperação e o crescimento do setor turístico global têm sido orientados pela biodiversidade e pela autenticidade das vivências, contexto no qual o turismo de observação de aves se insere com destaque (UN Tourism, 2025).





Atobá-marrom
(Sula leucogaster)
©Cecília Licarião

O Fórum Econômico Mundial projeta um **crescimento de 14% para o ecoturismo**, segundo a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR), posicionando-o como um dos principais motores de expansão do setor (World Economic Forum, 2025). A Organização Mundial do Turismo também aponta o turismo de natureza como um dos segmentos de **maior crescimento no mercado global**. Estima-se que, nos próximos dez anos, 8,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro possa estar vinculado a atividades relacionadas a esse segmento (Cedeño, 2022).

Nos **Estados Unidos**, dados da U.S. Fish and Wildlife Service revelam que, em 2022, o turismo de observação de fauna movimentou aproximadamente US\$ 107,6 bilhões, dos quais US\$ 14,5 bilhões foram aplicados diretamente em alimentação, transporte e hospedagem por observadores. No Alasca, por exemplo, o segmento gerou US\$ 378 milhões em 2016, com impactos diretos na geração de renda e empregos (Schwoerer & Dawson, 2022). Esses números evidenciam o potencial econômico robusto da atividade e o papel do engajamento social no modelo estadunidense, em que a maioria dos praticantes atua como membro, doador, cientista cidadão e ativista, financiando e participando ativamente da conservação, um exemplo de como o engajamento popular e a filantropia privada podem fortalecer políticas ambientais.

Na **América do Sul**, o turismo de observação de aves apresenta forte competitividade regional. Levantamentos já indicavam o Brasil, há mais de uma década, como o segundo destino mais desejado por turistas norte-americanos, impulsionado por sua biodiversidade, beleza cênica e elevado endemismo, enquanto o Peru liderava graças a investimentos estruturantes e à promoção internacional (Martínez, 2014).

Gravatazeiro
(*Rhopornis ardesiacus*)
©Kacau Oliveira



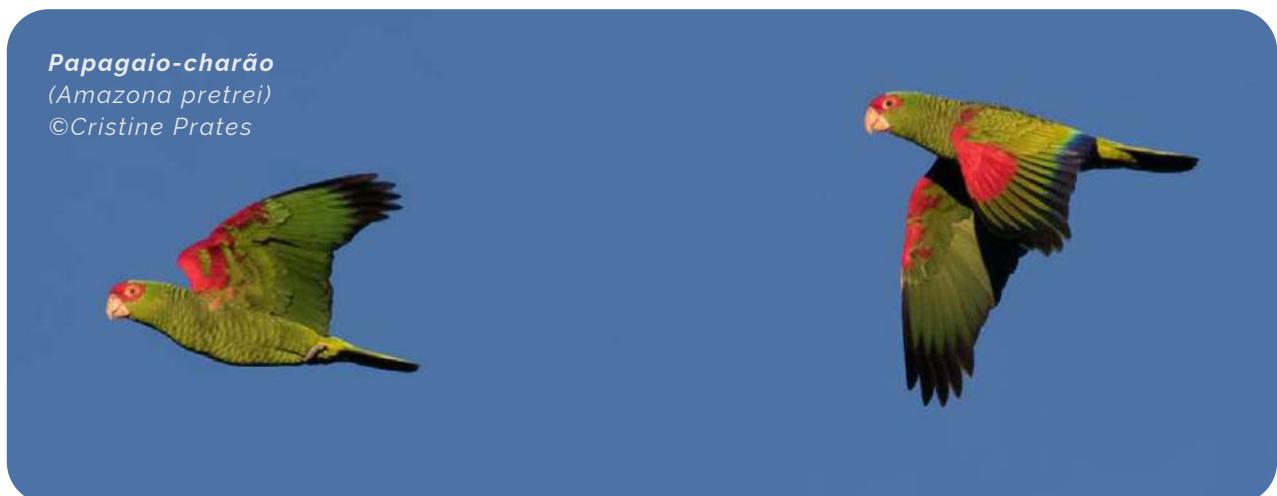
No Peru, observadores permanecem em média 19 dias e gastam cerca de US\$ 2,8 mil por viagem; na Colômbia, estima-se que 280 mil norte-americanos manifestem interesse anual, com 15 mil visitantes efetivos e US\$ 46 milhões em receita. Para o Brasil, ainda são escassos os dados consolidados, revelando uma **importante lacuna** para o planejamento e a competitividade do segmento (Barbosa et al., 2024; Ocampo-Peña & Winton, 2017).

O território brasileiro, com 1979 espécies de aves, sendo 293 endêmicas, possui condições singulares para se tornar **líder global** no Turismo de Observação de Aves. Entretanto, **persistem desafios** relacionados à infraestrutura, capacitação, promoção integrada e à estrutura de receptivo especializada. Apesar de algumas iniciativas empresariais já demonstrarem a viabilidade econômica do setor, ainda há baixa oferta estruturada para o turista internacional, escassez de profissionais qualificados e subexploração de áreas de alto potencial.



Ararinha-azul
(*Cyanopsitta spixii*)
©Cristine Prates

Nesse contexto, o mercado brasileiro de turismo de safári desponta como **indicador da crescente demanda** por experiências de natureza. Estimado em US\$ 5,4 bilhões, o segmento deve crescer 7,2% até 2035, sendo que turistas estrangeiros representam cerca de 40% do público atendido. Mais de 59% das reservas são realizadas online, reforçando a tendência de digitalização e a busca por pacotes personalizados, muitos dos quais incluem observação de aves como atividade complementar (Future Market Insights, 2025). Publicações internacionais, como a britânica Female First, reforçam essa tendência ao apontar o Pantanal, Paraty (RJ), São José do Rio Claro (MT) e os Parques Nacionais de Boa Nova (BA) e da Serra do Divisor (AC) entre os principais hotspots de observação de aves no Brasil (Binocular Bliss, 2025).



Papagaio-charão

(*Amazona pretrei*)

©Cristine Prates

O turismo de natureza mobiliza **cadeias locais de valor**: hospedagem, alimentação, transporte, artesanato e comércio com efeitos diretos sobre a renda e o PIB regional e nacional. A dinâmica cambial também influencia esse cenário, uma vez que a valorização do dólar frente ao real tende a atrair visitantes estrangeiros, mas pode elevar custos operacionais, exigindo planejamento financeiro e estratégias sustentáveis de gestão (Exame, 2022).

No contexto brasileiro, a combinação entre megabiodiversidade e extenso patrimônio natural confere ao segmento um enorme potencial de desenvolvimento sustentável, especialmente em territórios fora dos eixos turísticos tradicionais. Inserida nesse contexto, a observação de aves se destaca como uma **atividade de baixo impacto ambiental**, que motiva deslocamentos para áreas naturais com fins de contemplação, fotografia e ciência cidadã, fomentando economias locais e valorizando práticas comunitárias (MTur, 2010).

Para consolidar a observação de aves como nicho estratégico do ecoturismo brasileiro, são essenciais: planejamento integrado, qualificação de profissionais, inovação em produtos e investimento em infraestrutura ambientalmente responsável. A qualificação de territórios e atrativos torna-se ainda mais decisiva diante de um público engajado, com alta afinidade com a conservação e elevada disposição de gasto (Censo Avistar, 2023; Embratur, 2024).

Os dados de demanda reforçam esse potencial. Segundo o Censo Nacional do Turismo de Observação de Aves (TOAves, 2023), o público brasileiro é composto majoritariamente por pessoas entre 30 e 59 anos, com alta escolaridade (73%) e renda média acima de cinco salários mínimos. Cerca de 68% dos participantes já realizaram viagens específicas para observação de aves, e 80% declaram intenção de continuar viajando com esse propósito. A disposição média de gasto individual ultrapassa R\$ 6 mil por viagem, especialmente quando há guias especializados e experiências autênticas em áreas naturais.



Paralelamente, os Insights de Mercado da Embratur (2025) indicam crescente interesse internacional por experiências de natureza, bem-estar e sustentabilidade. Entre turistas norte-americanos, 47% pretendem viajar para destinos de ecoturismo na América Latina até 2030 (Embratur – Insights EUA, 2025), enquanto no Reino Unido o segmento de viagens de conexão com a natureza lidera as buscas de pacotes de experiência (Embratur – Insights Reino Unido, 2025).

Tais tendências convergem com o relatório Tendências do Turismo 2025, Conexão com a Natureza (MTur, 2025), que destaca o avanço do turismo regenerativo e das vivências imersivas como novos vetores de competitividade do setor. Nesse cenário, a observação de aves se consolida não apenas como atividade de lazer, mas como um **vetor estratégico** de conservação, inovação e desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

No campo da ciência cidadã, o Global Big Day, promovido anualmente pela Universidade de Cornell (EUA), tornou-se um importante indicador do engajamento global com a natureza. O evento mobiliza centenas de milhares de participantes em mais de 190 países, que, em um único dia, registram e compartilham observações na plataforma eBird, fortalecendo a produção colaborativa de dados sobre biodiversidade. O Brasil tem apresentado crescimento exponencial desde a primeira edição nacional, em 2015, destacando-se entre os países com maior número de listas submetidas e espécies registradas — um reflexo da consolidação do país como potência global em observação de aves e da **força de sua comunidade** de observadores e instituições parceiras (Figura 1).

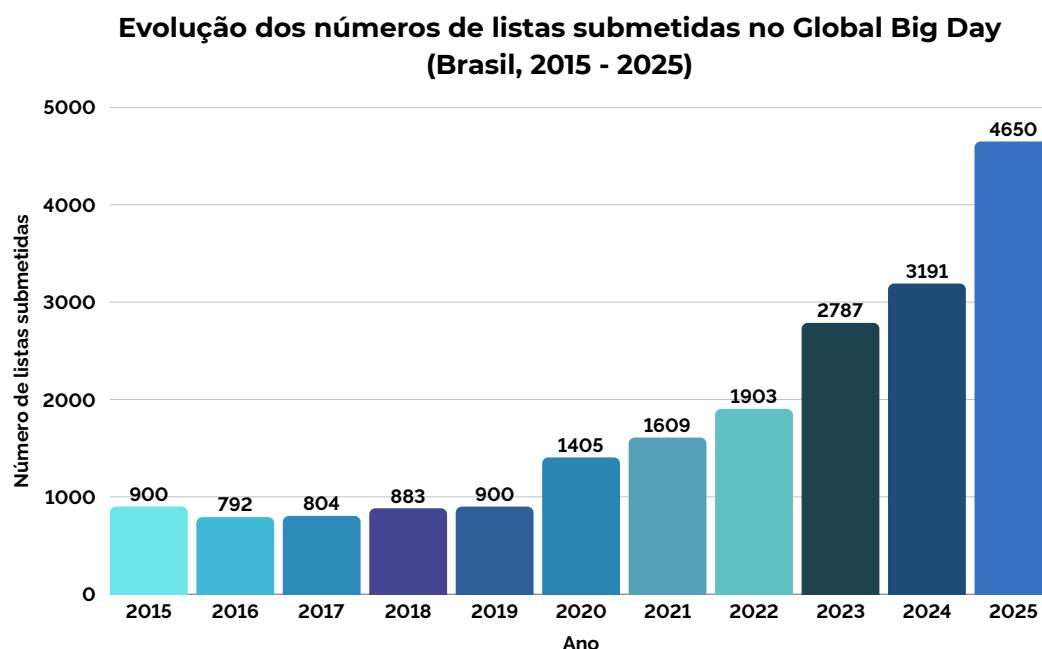


Figura 1 - Evolução do número de listas submetidas no Global Big Day (Brasil, 2015-2025). O gráfico demonstra o crescimento contínuo do engajamento nacional em ciência cidadã, com aumento superior a cinco vezes no número de listas ao longo da última década, reforçando o papel do Brasil como líder latino-americano em observação de aves. Dados disponíveis na plataforma eBird.

Big Day é um censo mundial de aves realizado em 24 horas, reunindo observadores em todos os continentes para registrar o maior número possível de espécies. Os registros alimentam bases científicas globais, auxiliando no estudo de migração e conservação da biodiversidade.

3.2 Turismo de Observação de Aves no Brasil: Marcos Históricos

No Brasil, a atividade começou a se estruturar há cerca de 50 anos, com a fundação do primeiro Clube de Observadores de Aves (COA) em 1974, no Rio Grande do Sul. Apenas oito anos depois, essa entidade adotou um modelo centralizador, com a criação de núcleos regionais, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais (1982), Distrito Federal (1983), São Paulo (1984), Bahia (1986) e vários outros, assim como ocorreu o surgimento de grupos autônomos, como o Centro de Estudos Ornitológicos/CEO (1984) e o Observadores de Aves de Pernambuco/OAP (1986). Essas entidades foram responsáveis por facilitar a prática do hobby dos seus membros e uma ampla difusão nacional por meio da mídia convencional, uma vez que promoviam atividades de educação ambiental junto às comunidades e a divulgação de muitas publicações sobre aves.



Apesar de inicialmente restrita a pequenos grupos de entusiastas, a atividade passou por um processo de ampliação e visibilidade a partir dos anos 2000, com marcos estruturantes que consolidaram o turismo de observação de aves como segmento estratégico:

O **Avistar Brasil** (2006): maior evento de observação de aves do país, referência continental no tema. Em 2025, o Avistar reuniu 15 mil participantes em São Paulo, superando em público a tradicional Global Bird Fair, realizada há mais de 30 anos no Reino Unido. O evento é reconhecido por reunir observadores, pesquisadores, guias, gestores públicos, empreendedores e mesmo neófitos e curiosos, promovendo formação, intercâmbio e visibilidade para o setor.



O **WikiAves** (2008): plataforma brasileira de ciência cidadã que se tornou o maior banco de dados ornitológicos do país, com quase 53 mil usuários cadastrados. Estimula o engajamento voluntário na identificação, registro e compartilhamento de fotos e sons de aves, contribuindo de forma decisiva para a distribuição do conhecimento sobre a avifauna nacional.

O **eBird** (2010, Brasil): plataforma internacional desenvolvida pela Universidade de Cornell (EUA), voltada à ciência cidadã global. Desde sua abertura ao Brasil, em 2010, ampliou exponencialmente sua base de dados, ultrapassando 50 mil listas de aves submetidas apenas em 2024, reforçando o papel do país no cenário global da observação de aves.

Evolução dos números de espécies registradas no Global Big Day (Brasil, 2015 - 2025)

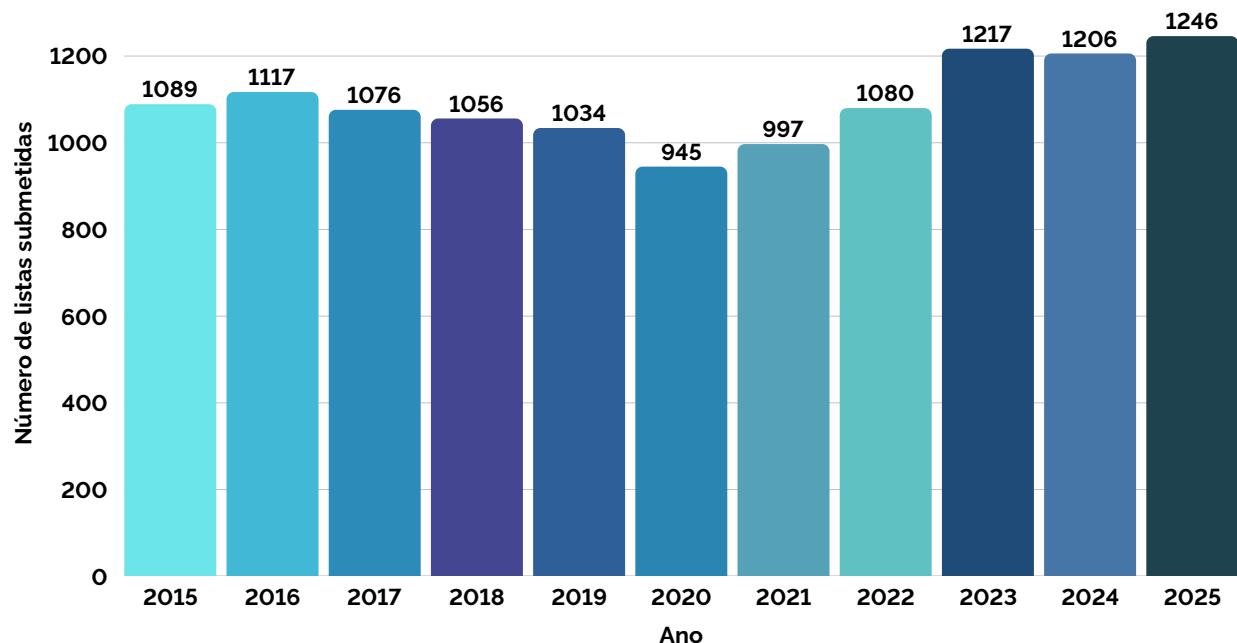


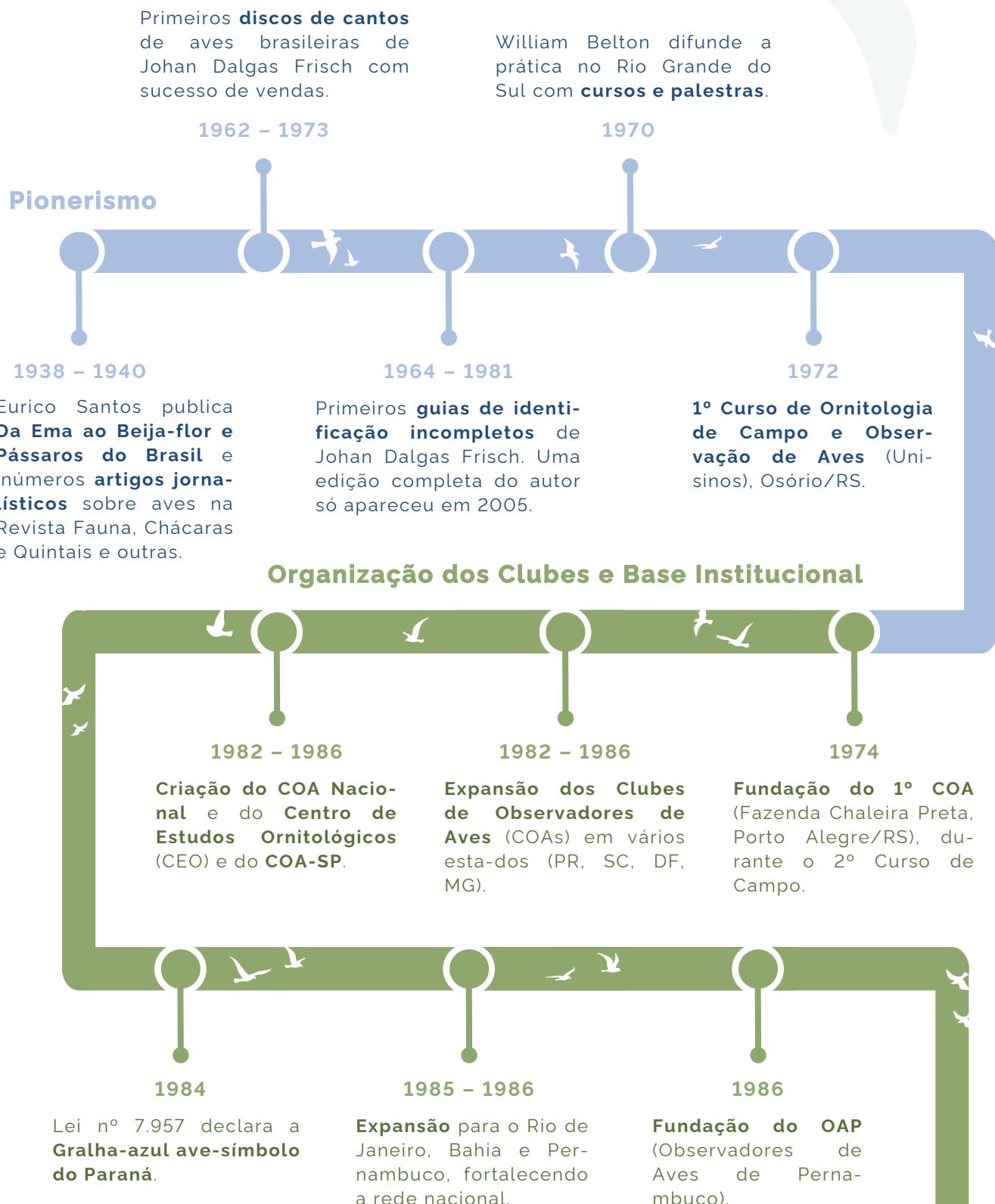
Figura 2 - Evolução do número de espécies registradas no Global Big Day (Brasil, 2015–2025). O gráfico mostra o crescimento contínuo da participação brasileira na ciência cidadã, com recorde de 1.246 espécies em 2025, consolidando o país entre os líderes mundiais da observação de aves.

O **Planeta Aves** (2013), canal do Youtube, especializado em observação de aves, atualmente com mais de 500 vídeos disponíveis e 1,2 milhões de inscritos, sendo considerado o maior canal do mundo com essa finalidade.

Assim como o WikiAves, eBird e Planeta Aves marcaram a popularização da observação de aves no ambiente digital, com grande alcance e influência, é importante reconhecer que esse movimento se apoia em uma trajetória muito mais antiga. Diversos momentos foram decisivos para consolidar a prática no Brasil, desde publicações pioneiras até os primeiros cursos e guias de campo.

A seguir, apresentamos alguns dos marcos mais representativos dessa história, cuja lista completa encontra-se sistematizada no Anexo I.

A linha do tempo do Turismo de Observação de Aves no Brasil



Consolidação e Popularização



Plataformas e Eventos



A linha do tempo das atividades de observação de aves é marcada pelo **crescimento exponencial de iniciativas** registradas em 2025 confirmando uma tendência de consolidação e amadurecimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil. A expansão territorial e a diversidade de formatos, que vão de passarinhadas comunitárias a grandes festivais e congressos nacionais, demonstram que a prática ultrapassou o caráter recreativo e se tornou um instrumento de engajamento social, educação ambiental e valorização econômica dos territórios. A mobilização de centenas de instituições, coletivos e entusiastas em todas as regiões do país evidencia uma rede ativa e colaborativa que contribui diretamente para o fortalecimento da cultura de conservação.

Beija-flor-bico-de-espada

(*Ensifera ensifera*)

©Cecília Licarião



3.3 Casos de Sucesso Internacionais e Nacionais

O fortalecimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil pode ser enriquecido e ter seu avanço inspirado a partir da análise de experiências consolidadas em diferentes contextos geográficos. Exemplos nacionais e internacionais demonstram como o turismo de observação de aves pode se configurar como vetor de conservação ambiental, geração de renda, inclusão social e valorização territorial.

Casos Internacionais

Estados Unidos

Com rede densa de áreas protegidas e infraestrutura interpretativa (centros de visitantes, trilhas sinalizadas e acessibilidade), os EUA transformaram a observação de fauna, tendo a avifauna como carro-chefe, em vetor econômico relevante.



Em 2022, 148,3 milhões de pessoas praticaram atividades de observação de vida silvestre; o gasto direto somou US\$250,2 bilhões, sustentando 2,74 milhões de empregos e aproximadamente US\$60 bilhões em tributos federais, estaduais e locais. A consistência decorre de três pilares: marco regulatório claro e diretrizes nacionais para visitação em UCs; integração com ciência cidadã (p.ex., eBird, Merlin) e educação ambiental; e políticas de acesso (passes, programação em refúgios e parques) que ampliam base de praticantes e receita.



Reino Unido

Com uma rede robusta de mais de 200 reservas geridas pela Royal Society for the Protection of Birds (RSPB), equipadas com centros interpretativos, hides, trilhas sinalizadas e acessibilidade universal, o Reino Unido consolidou a observação de aves como vetor de conservação, bem-estar e dinamização econômica local.

Programas de ciência cidadã coordenados por British Trust for Ornithology (BTO) e RSPB (p.ex., Big Garden Birdwatch, Garden BirdWatch, Breeding Bird Survey) geram séries históricas usadas em políticas públicas e manejo de habitats. O desempenho apoia-se em infraestrutura inclusiva e padronizada, integração sistemática de dados à gestão pública e financiamento recorrente (associados, doações, ingressos e parcerias com governos locais e trade), com rotas temáticas que ampliam a base de praticantes em contextos urbanos e rurais.

Colômbia

Apesar da atividade ter surgido e se popularizado no Hemisfério Norte, é na América do Sul que estão concentradas as maiores diversidades e endemismos de espécies, levando a uma disputa entre Colômbia, Brasil e Peru. Com 1.912 espécies registradas (das quais 83 são endêmicas) e a campanha nacional “Colômbia, país de aves”, a nação transformou sua diversidade em política pública transversal. Especialmente após 2016, quando o processo de paz orientou o turismo de observação como vetor de desenvolvimento em áreas antes marcadas por conflitos (Stattersfield et al., 1008; Salaman et al., 2009).

O resultado é um reposicionamento global do destino, com aproximadamente 280 mil visitantes anuais apenas dentre os originários dos EUA e Canadá, que geraram receita próxima de US\$46 milhões. A consistência decorre de três pilares: planejamento territorial e segurança do visitante com criação de rotas em regiões inseridas nos Andes, Amazônia e litoral do Oceano Pacífico; promoção internacional coordenada e calendário de eventos apoiados por ciência cidadã (eBird principalmente), que geram dados e visibilidade contínua; qualificação e inclusão produtiva de comunidades locais (guias bilíngues, certificações, produtos de base comunitária), garantindo experiência padronizada, distribuição de fluxos e benefícios econômicos no território.

Capitão-tucano
(*Semnornis ramphastinus*)
© Cecília Licarião

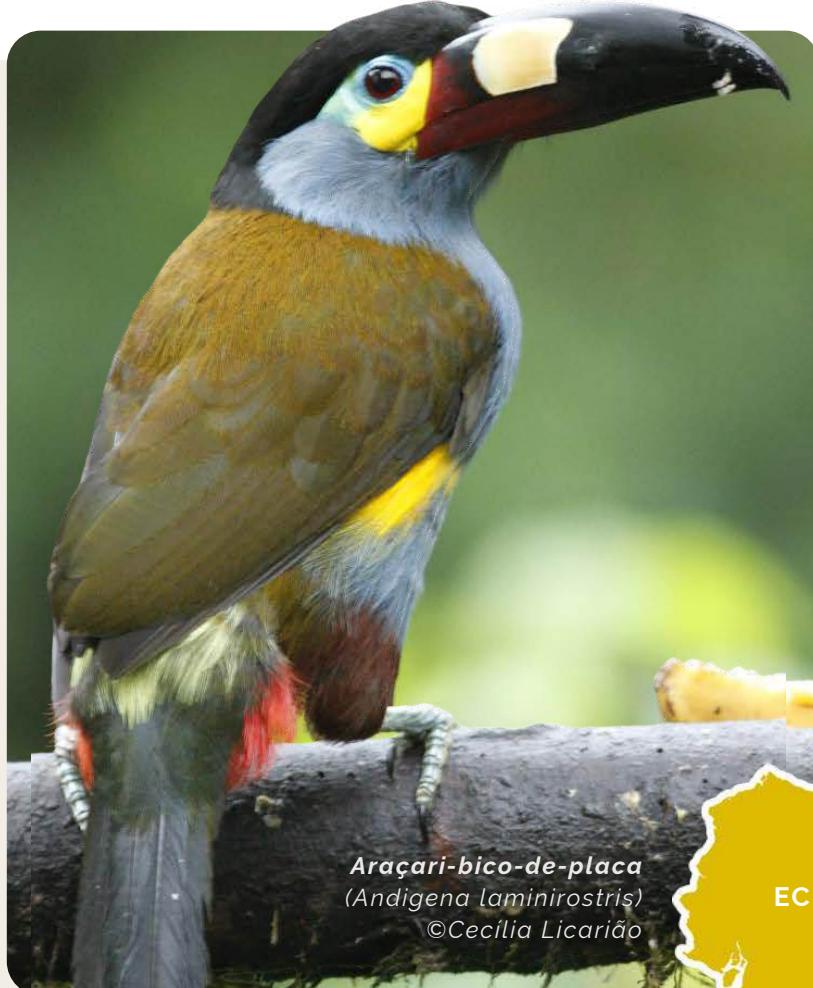


Peru

O Peru consolidou-se como um dos principais destinos globais de turismo de observação de aves, ocupando posições de destaque em rankings internacionais por sua alta diversidade biológica, endemismo e estrutura turística especializada. O país abriga mais de 1.890 espécies de aves, das quais 120 são endêmicas, distribuídas em ambientes que vão das planícies amazônicas às encostas e altiplanos dos Andes, assim como à costa do Pacífico. Segundo dados do El Comercio (2014), cada observador internacional gasta, em média, US\$2.835 durante estadias de 19 dias no país. A consistência do modelo decorre de três frentes complementares: rede integrada de rotas e hotspots com logística amigável (guias qualificados, operadoras especializadas, centros de visitantes, trilhas sinalizadas e abrigos de observação); promoção internacional contínua e segmentada (materiais oficiais, calendário de temporadas, parcerias com operadores e mídia especializada); gestão da experiência e do impacto (protocolos de baixo impacto, uso de ciência cidadã e integração com cultura e comunidades locais), ampliando permanência, gasto médio e distribuição dos fluxos pelo território.

Beija-flor-gigante
(*Patagona gigas*)
©Cecília Licarião





Araçari-bico-de-placa
(*Andigena laminirostris*)
©Cecília Licarião

Beija-flor-de-cauda-violeta
(*Aglaiaocercus coelestis*)
©Cecília Licarião



Equador

Designada em 1997 como a primeira Área de Importância para a Conservação das Aves (IBA) na América do Sul, a cidade de Mindo (Equador) consolidou-se como capital do turismo de observação de aves, combinando alta biodiversidade reconhecida pelas mais de 500 espécies de aves registradas, além de engajamento comunitário e modelos de conservação sustentáveis. O destino recebe cerca de 200 mil ecoturistas por ano, impulsionado pela conversão de fazendas em reservas privadas, geração de renda e emprego para ampla parcela da população local, e por áreas-referência como o Refúgio Paz de las Aves que desde 2016 já registrou mais de 430 espécies. A consistência do modelo decorre de três frentes: rede de reservas e atrativos com trilhas, abrigos de observação e serviços especializados; governança local com repartição de benefícios que estimula a conservação em propriedades privadas; promoção internacional alinhada à ciência cidadã e ao calendário de temporadas, ampliando permanência, gasto médio e distribuição de fluxos pelo território.

Casos Nacionais

O Brasil reúne elevada biodiversidade e um conjunto amplo de empreendimentos dedicados ao turismo de observação de aves, em diferentes estágios de maturação e distribuídos por todas as regiões. A seleção dos casos considera relevância biológica (densidade de fauna, presença de endemismos e espécies ameaçadas), infraestrutura de visitação (guias, trilhas/hides, hospedagem, logística), governança (UCs, RPPNs e parcerias público-privadas) e trajetória de mercado. A Amazônia, destino desejado por muitos pela sua rica biodiversidade e experiências únicas, é o mais simbólico. Já no Pantanal, sobressaem alta densidade faunística e infraestrutura consolidada; no leste do país (Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado), a concentração de endemismos sustenta forte demanda por roteiros no Nordeste e no Sudeste. De acordo com o formulário aplicado, 308 empreendimentos participaram: Sudeste 39,3% (n=121), Sul 26,6% (n=82), Centro-Oeste 14,9% (n=46), Nordeste 14,3% (n=44) e Norte 4,9% (n=15), com representação de todas as regiões com ausência apenas dos estados de Alagoas, Roraima e Amapá. A amostra obtida cobre todos os biomas (Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pampa e zona marinho-costeira) e fundamenta os estudos de caso a seguir, organizados por biomas (Figura 3).



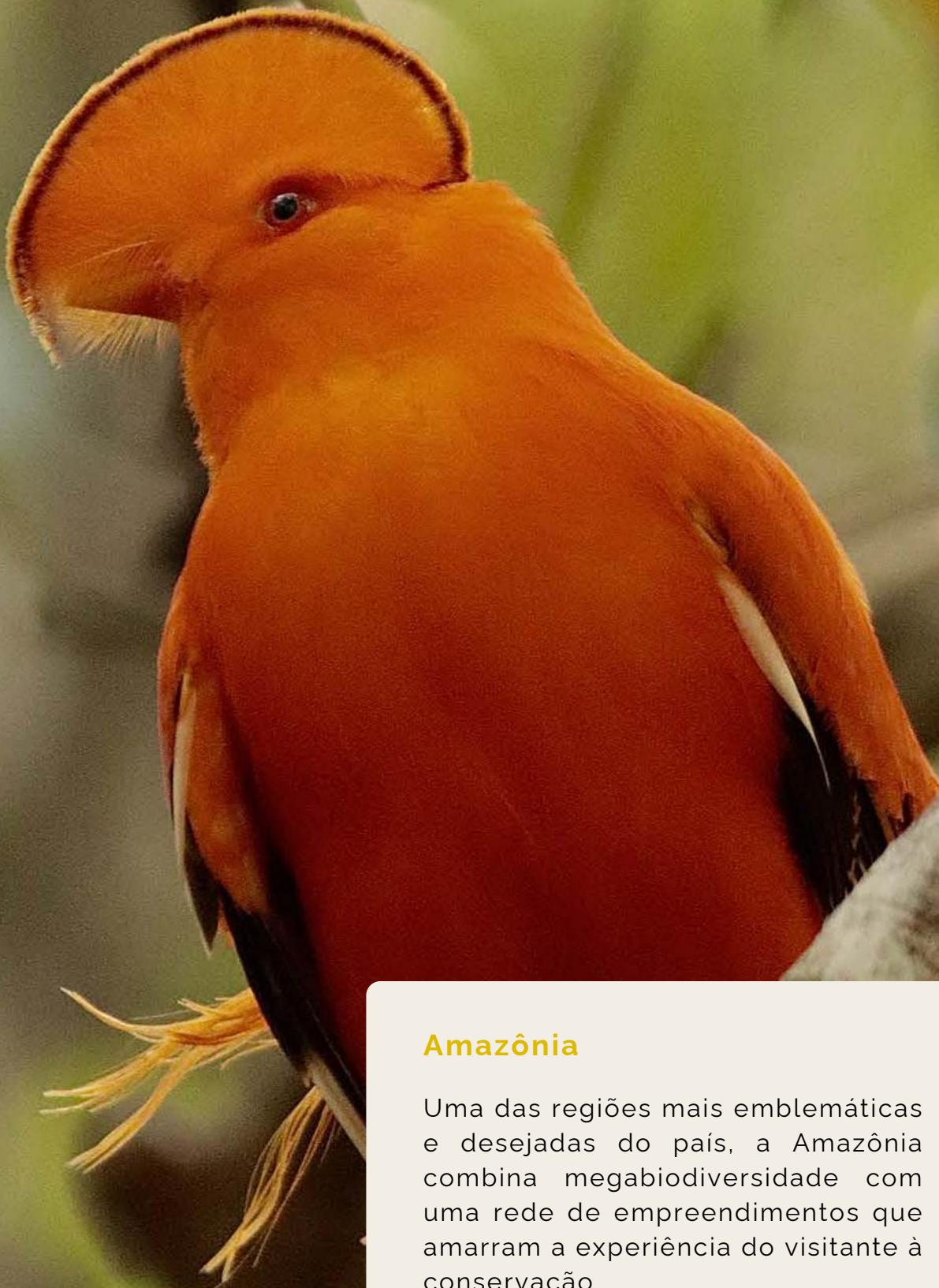
Empreendimentos



Biomas do Brasil



Figura 3 - Os biomas brasileiros abrigam espécies de aves emblemáticas, aqui destacamos: galo-da-serra, gavião-real, sete-cores-da-amazonia, chifre-de-ouro, soldadinho-do-araripe, arara-azul-de-lear, pato-mergulhão, bico-virado-da-caatinga, tuiuiú, jacutinga, araçari-banana e cardeal-amarelo, cada uma evidenciando o papel do turismo de observação de aves como ferramenta de valorização territorial e proteção da biodiversidade. Mapa ©Luciano Lima



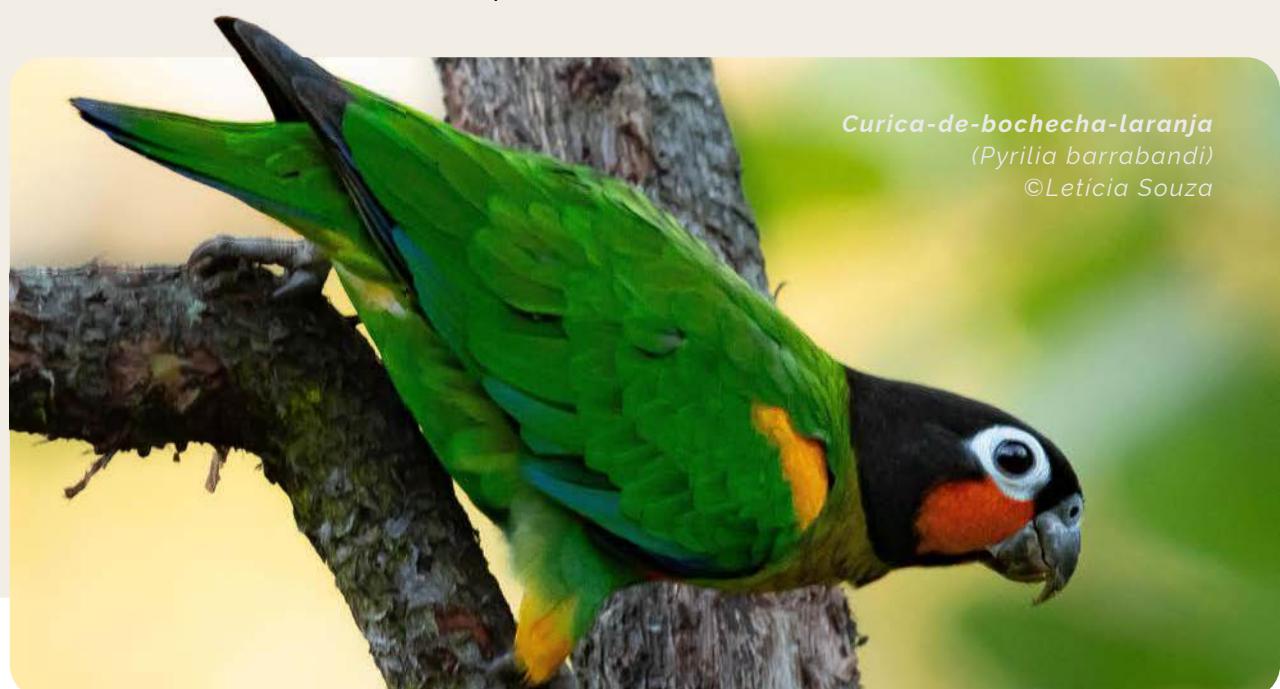
Amazônia

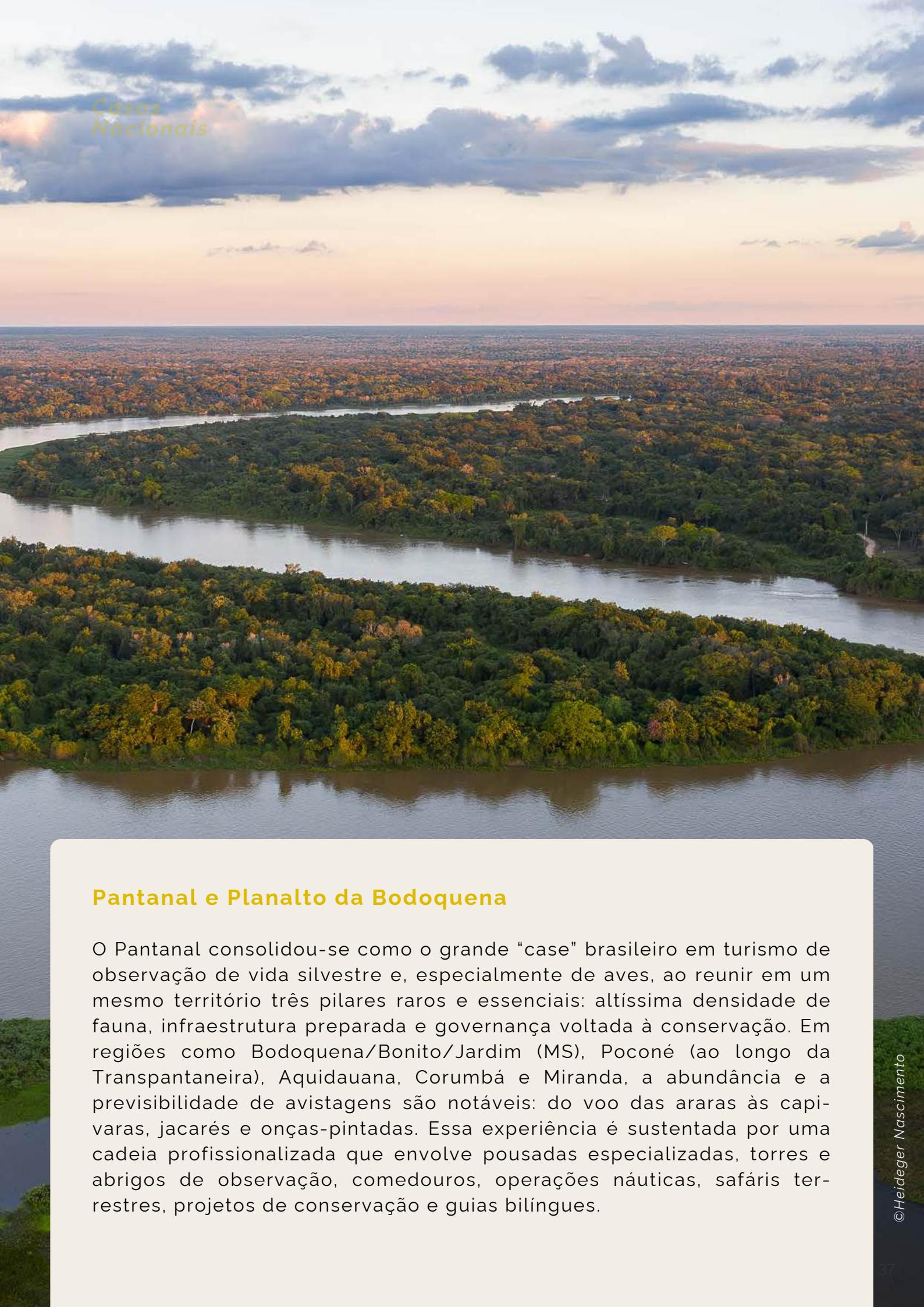
Uma das regiões mais emblemáticas e desejadas do país, a Amazônia combina megabiodiversidade com uma rede de empreendimentos que amarram a experiência do visitante à conservação.

Casos Nacionais



A poucos quilômetros de Manaus (AM), a cidade de Presidente Figueiredo virou porta de entrada para a Amazônia Central: cachoeiras, cavernas e afloramentos rochosos abrigam o galo-da-serra e outras espécies de interesse. Ao norte de Belém (PA), Santa Bárbara do Pará reforça esse mosaico com o Parque Ecológico de Gunma, referência regional de trilhas interpretativas, educação ambiental e apoio à pesquisa, onde já se registraram mais de 300 espécies (incluindo raridades como a curica-urubu, mariinha-de-cabeça-amarela e anambé-una) e cuja visitação se integra à economia local com hospedagem, alimentação, artesanato e calendário cultural. Em áreas de transição e florestas de terra firme, há empreendimentos como o Jardim da Amazônia Lodge (MT), outra área de importante interesse para as aves e que dispõe de aproximadamente 590 espécies, a Fazenda Anacã (Alta Floresta, com RPPN e cinturão preservado), o Cristalino Lodge (sul da Amazônia, com seis centenas de espécies de aves, múltiplos tipos de vegetação), o Amazon Roosevelt Lodge (interflúvio do rio Roosevelt/Aripuanã) e o Refúgio Mari Mari (com arenas naturais do galo-da-serra criando um verdadeiro espetáculo) formam eixos obrigatórios dos roteiros: oferecem torres, trilhas, saídas fluviais, comedouros, guias especializados e parcerias com pesquisadores. O resultado é um destino diverso, onde a experiência do observador anda de mãos dadas com a valorização comunitária e a proteção efetiva dos habitats amazônicos.



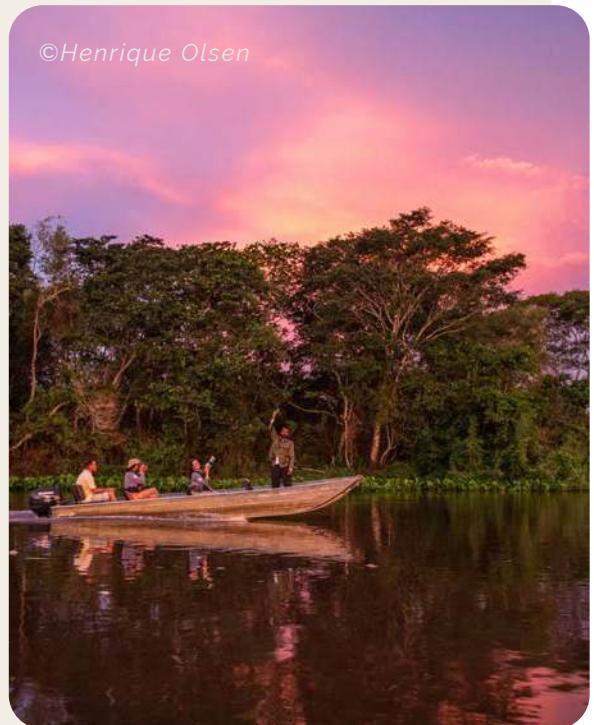


Pantanal e Planalto da Bodoquena

O Pantanal consolidou-se como o grande “case” brasileiro em turismo de observação de vida silvestre e, especialmente de aves, ao reunir em um mesmo território três pilares raros e essenciais: altíssima densidade de fauna, infraestrutura preparada e governança voltada à conservação. Em regiões como Bodoquena/Bonito/Jardim (MS), Poconé (ao longo da Transpantaneira), Aquidauana, Corumbá e Miranda, a abundância e a previsibilidade de avistagens são notáveis: do voo das araras às capivaras, jacarés e onças-pintadas. Essa experiência é sustentada por uma cadeia profissionalizada que envolve pousadas especializadas, torres e abrigos de observação, comedouros, operações náuticas, safáris terrestres, projetos de conservação e guias bilíngues.

Esse padrão foi estabelecido cedo, impulsionado por operadores internacionais, e amadureceu com práticas de manejo como o controle da capacidade de carga, monitoramento de impactos, certificações, capacitação contínua e a criação de RPPNs. Um exemplo emblemático é o Buraco das Araras, em Jardim: uma área privada estruturada para receber visitantes com segurança e qualidade, ao mesmo tempo em que garante a proteção de espécies icônicas. Há, ainda, estruturação hoteleira de alto padrão, como a Pousada Caiman (Miranda), iniciada há 30 anos e uma das pioneiras, no bioma, a oferecer experiências especializadas para observação de aves.

©Henrique Olsen



©Heideger Nascimento



O resultado é um destino competitivo em escala internacional, que gera renda local, prolonga a temporada com atividades ao longo de todo o ano e comprova que a articulação entre setor privado e poder público pode transformar a biodiversidade em ativo econômico, sem abrir mão da integridade ecológica. É um modelo de sucesso, replicável para outros polos de observação no Brasil.

Tuiuiú
(*Jabiru mycteria*)
©Cristine Prates



Mata Atlântica

Esse talvez seja o maior laboratório a céu aberto para o turismo de observação no Brasil: um bioma riquíssimo em endemismos, com gradientes que vão de manguezais costeiros a campos de altitude, garantindo alta diversidade de aves e mamíferos ao longo de curtas distâncias.



©Cecília Licarião

Casos Nacionais

Em Ubatuba (SP), esse mosaico se traduz em mais de 500 espécies registradas e, em um cenário vibrante de ciência cidadã, festivais e capacitação, iniciativas como o Observatório de Aves e o Projeto Dacnis fortalecem a ponte entre conservação, educação ambiental e geração de renda local. Na Serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG) combina florestas ombrófilas e campos de altitude e figura entre os hotspots históricos do país para *birdwatching*, com mais de 380 espécies e uma infraestrutura completa (trilhas, centro de visitantes, guias e serviços especializados) que sustenta experiências de qualidade durante todo o ano.



No Vale do Ribeira, o Parque Estadual Intervales (SP) consolidou um padrão de excelência: gestão pública estruturada, trilhas e horários pensados para observadores, guias experientes, sistema de reservas e calendário de eventos que atraem fotógrafos e observadores internacionais. O arquipélago de Ilhabela (SP) adiciona a dimensão marinha: 94% de cobertura de Mata Atlântica no parque estadual, manguezais e rotas pelágicas fazem do destino um ponto-chave para endêmicas e migratórias, apoiado por uma cadeia turística madura (hospedagem, gastronomia e guias).

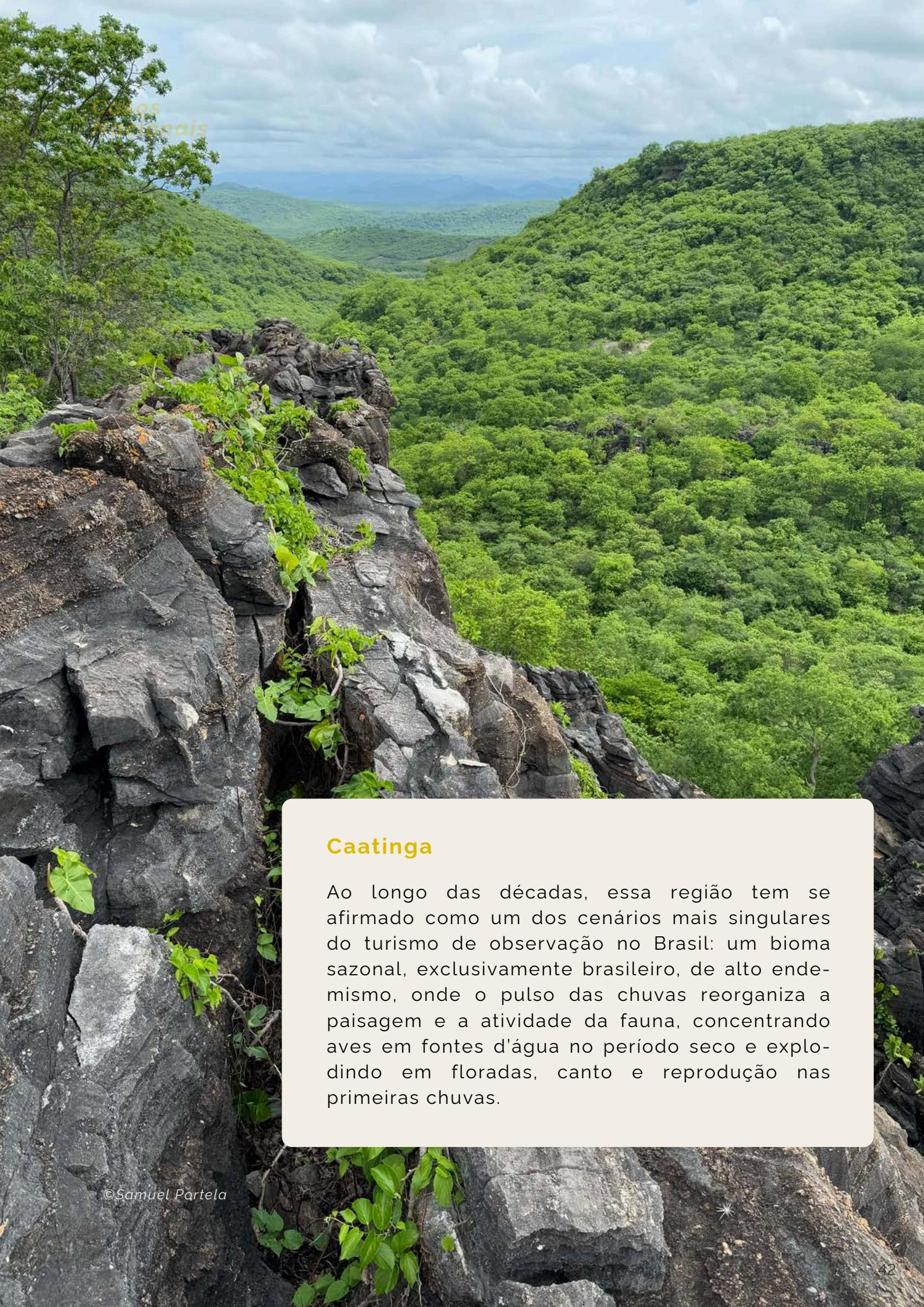




O grande berçário natural estuarino do Complexo do Lagamar (SP/PR), assim como o Parque Nacional do Iguaçu (PR), a vitrine mundial das cataratas, apesar do indiscutível potencial para a prática, permanecem ainda subaproveitados para a observação de aves; iniciativas projetos como Projeto do Papagaio-de-Cara-Roxa, Aves do Iguaçu e a vitrine do Festival das Cataratas ajudam a posicionar a observação como produto complementar de alto valor.

Já o Parque Estadual das Araucárias (SC) preserva remanescentes raros de Floresta com Araucária e oferece trilhas interpretativas, educação ambiental e pesquisa, além de opções de aventura em cachoeiras e corredeiras, um convite para vivências que integram conservação e desenvolvimento regional. Por sua vez, regiões situadas nas serras catarinense e gaúcha, notavelmente Urupema (SC), propiciam experiências únicas para a observação da movimentação migratória do papagaio-charão que aflui aos milhares, quando da frutificação dos pinhões.

Em conjunto, esses polos mostram por que a Mata Atlântica é um case de turismo de natureza de alto padrão: biodiversidade única, infraestrutura crescente, protagonismo comunitário e experiências que financiam a proteção dos habitats. É nessa região que se concentra o maior número de observadores de aves do país.



Caatinga

Ao longo das décadas, essa região tem se afirmado como um dos cenários mais singulares do turismo de observação no Brasil: um bioma sazonal, exclusivamente brasileiro, de alto endemismo, onde o pulso das chuvas reorganiza a paisagem e a atividade da fauna, concentrando aves em fontes d'água no período seco e explodindo em floradas, canto e reprodução nas primeiras chuvas.



©Cecília Licarião

No Cariri (CE), a integração entre conservação e turismo ganhou protagonismo com o soldadinho-do-araripe, espécie-símbolo endêmica do Ceará que mobiliza pesquisadores e observadores de aves de todo o mundo, gerando rotas temáticas e renda local. Em Potengi (CE), o Sítio Pau Preto transformou antiga área de pasto em refúgio de Caatinga: manejo de comedouros e bebedouros, hospedagem domiciliar e guiaamento especializado criam uma experiência única, com mais de 220 espécies já registradas no eBird.

Na Bahia, Boa Nova é um hotspot de transição Caatinga-Mata Atlântica: o Lajedo dos Beija-Flores alia jardins repletos de flores atrativas para as aves, o que atrai fotógrafos de todo o mundo, favorecendo encontros com raridades como balança-rabo-canela e gravatazeiro, dentro de um cenário com mais de 400 espécies.



Soldadinho-do-araripe

(*Antilophia bokermanni*)

©Kacau Oliveira



Azulão

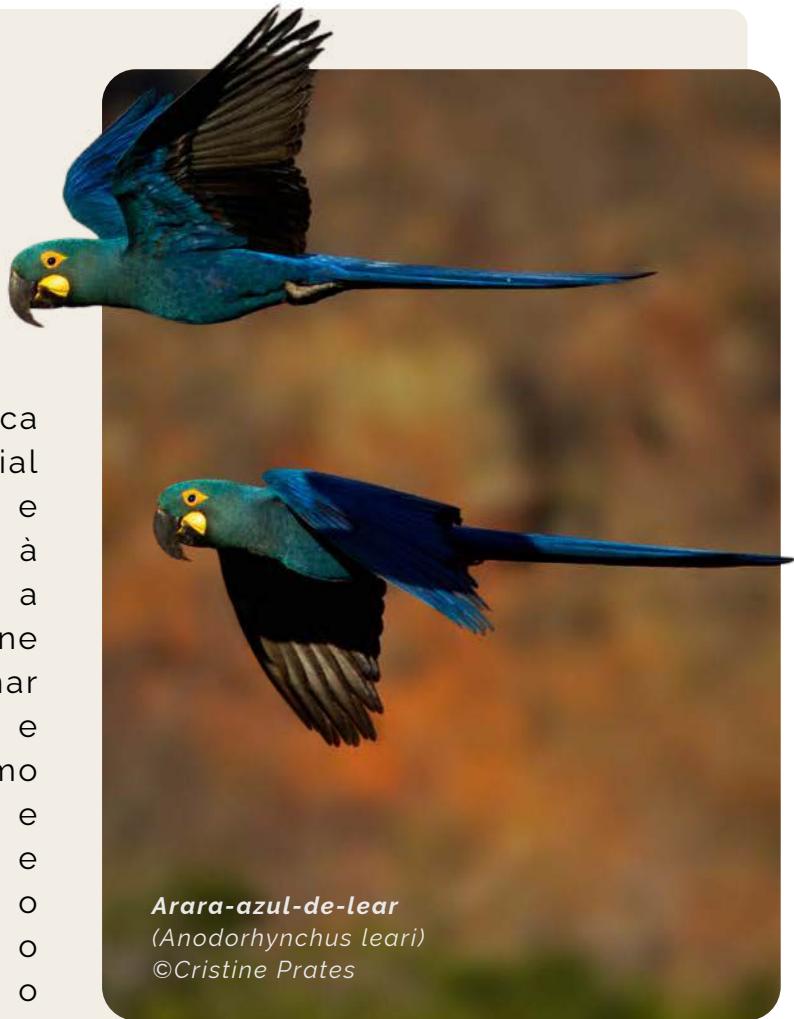
(*Cyanoloxia brissonii*)

©Nathália Diniz

Casos Nacionais

Ainda na Bahia, a Estação Ecológica de Canudos é referência mundial por proteger a arara-azul-de-lear e por estruturar visitação orientada à conservação. Fechando o arco, a Chapada Diamantina (BA) reúne quase 400 espécies ao combinar Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e campos rupestres; pontos como Morro do Pai Inácio, Marimbus e trilhas em Lençóis, Mucugê e Palmeiras rendem encontros com o beija-flor-de-gravata-vermelha, o papa-formiga-do-sincorá e o tapaculo-da-chapada-diamantina.

Em comum, essas áreas mostram a força de um modelo que une manejo de micro-habitats (comedouros/bebedouros), guias e condutores especializados e unidades privadas/públicas de conservação que abrigam e protegem a biodiversidade local. Isso mostra o potencial da Caatinga diante de modelos de turismo de natureza que geram renda, qualificam serviços e, sobretudo, mantêm os habitats em pé.



Arara-azul-de-lear
(*Anodorhynchus leari*)
©Cristine Prates



Beija-flor-marrom
(*Colibri delphinae*)
©Cristine Prates

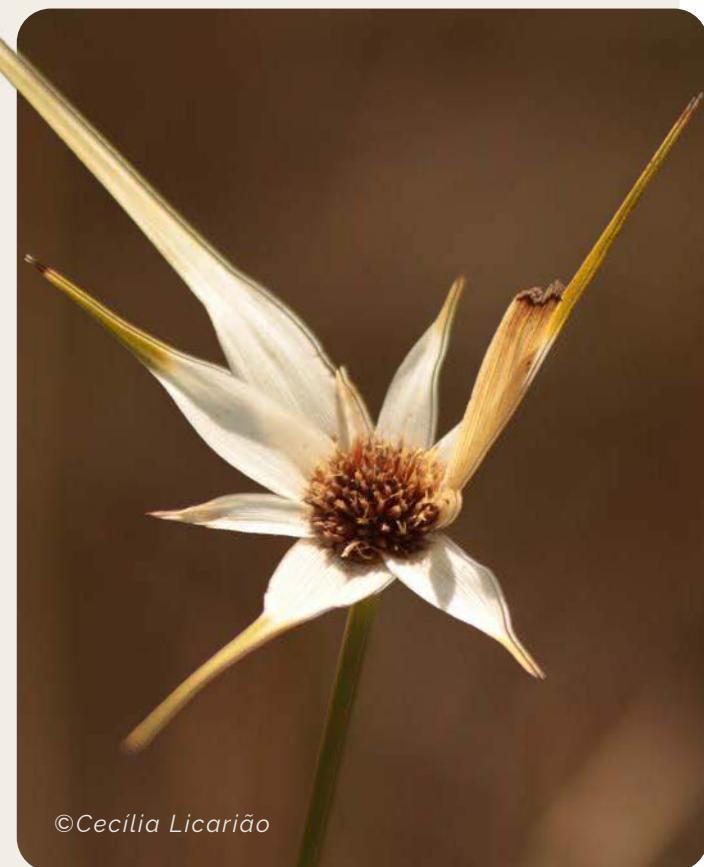
Cerrado

A presença de significativa diversidade e endemismo, a boa acessibilidade e um mosaico de habitats como campos rupestres, veredas e matas de galeria de grande valor cênico revelam o Cerrado como um bioma de destaque para a atividade de turismo de observação de aves. Na Serra do Cipó (MG), a combinação de campos rupestres e Cerrado favorece espécies endêmicas e ameaçadas como o pedreiro-do-espinhaço e sustenta um modelo de expansão responsável: guias locais, pousadas voltadas ao ecoturismo e roteiros que convertem conservação em oportunidade para a comunidade.

©Cecília Licarião

Casos Nacionais

A Serra da Canastra (MG) é ícone desse arranjo: lar do pato-mergulhão e berço de nascentes, integra operação do ICMBio, ONGs e condutores, conecta biodiversidade e produção rural, o que atrai tanto observadores de aves quanto público científico. A Chapada dos Veadeiros (GO), reúne habitats que favorecem raridades do Cerrado e vem estruturando guias especializados, hospedagens temáticas e projetos de ciência cidadã, um terreno fértil para rotas mais especializadas de observação aliadas à conservação comunitária.



Já a Chapada dos Guimarães (MT), no alto do Planalto Central, combina paredões de arenito, veredas e matas de galeria em um destino clássico (desde os anos 1980), com mais de 400 espécies que incluem táxons do Cerrado e de influência florestal; os paredões concentram araras vermelhas e maracanãs, além de aves de rapina como o gavião-de-penacho. Em comum, essas áreas mostram um exemplo de infraestrutura e guiamento qualificados, integração entre áreas protegidas e empreendimentos locais e um calendário sazonal (secas/chuvas) que, bem manejado, amplia a chance de avistagens e transforma a conservação em motor de desenvolvimento regional.



Costeiro Insular

A região marinho-costeira brasileira vem se consolidando como vitrine do turismo de observação de aves e de vida silvestre ao articular diversidade, sazonalidade bem definida e protocolos de uso público que protegem colônias e rotas migratórias.



©Cecília Licarião

Rabo-de-palha-de-bico-laranja

(*Phaethon aethereus*)

©Kacau Oliveira



No extremo sul, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS), Sítio Internacional da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas e Sítio Ramsar, reúne restinga, banhados, dunas, lagoas doces e salobras, praias e faixa marinha. Esse é um ponto tradicional onde a observação se organiza em trilhas principais, apoiada por centro de visitantes e mapas guiados, somando 349 espécies, das quais 74 são migratórias e 13 ameaçadas, um indicador direto do papel das zonas úmidas na conservação.



No Atlântico tropical, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos (BA) oferece uma experiência inteiramente oceânica: colônias reprodutivas em ilhas rochosas e recifes, comportamento de corte e cuidado parental visíveis a partir de passeios embarcados controlados que partem de Caravelas/BA, e uma logística alinhada à capacidade de carga, cenário onde a avifauna marinha divide o protagonismo com a megafauna, destaque para as baleias jubarte (um diferencial para quem busca vida silvestre além das aves).

Casos Nacionais

Já Fernando de Noronha (PE) abriga a maior diversidade de aves marinhas do país e duas espécies de aves terrestres endêmicas, o sebito-de-noronha e a cocoruta. O arquipélago, desde 2016, estruturou com o Projeto Aves de Noronha (Instituto Retriz) um produto baseado em ciência cidadã, roteiros interpretativos, monitoramento participativo e educação ambiental, com qualificação de guias locais e forte engajamento comunitário.



Rabo-de-palha-de-bico-amarelo
(Phaethon lepturus)
©Kacau Oliveira



Sebito-de-noronha
(Vireo gracilirostris)
©Cecília Licarião



Cocoruta
(Elaenia ridleyana)
©Cecília Licarião

Em comum, essas áreas exemplificam um modelo replicável: guias capacitados, operação com distâncias mínimas e janelas sazonais, integração com pesquisa e envolvimento das comunidades, o que transforma picos migratórios e ciclos reprodutivos em experiências de alto valor educativo e econômico e, sobretudo, em conservação efetiva de ambientes costeiros e marinhos.

Essas iniciativas reafirmam o compromisso do Brasil com a Convenção de Ramsar (1971), da qual é signatário desde 1993, voltada à conservação e uso racional das zonas úmidas. O país abriga 27 Sítios Ramsar, somando mais de 26 milhões de hectares, muitos deles integrando rotas e destinos de observação de aves. O fortalecimento do turismo de natureza nessas áreas contribui diretamente para os princípios de uso sustentável da Convenção, unindo conservação, pesquisa e desenvolvimento local.

3.4 Brasil como destino global para Turismo de Observação de Aves

Este estudo identificou avanços e lacunas no turismo de observação de aves, a partir da pesquisa realizada entre os dias 7 de agosto a 5 de setembro de 2025 com turistas, guias, gestores de turismo e de Unidades de Conservação e demais atores da cadeia. Os resultados mostram um segmento em expansão, com público consolidado, destinos reconhecidos e oferta de serviços especializados, mas ainda limitado por gargalos de infraestrutura, capacitação e coordenação institucional.

O perfil dos praticantes, traçado a partir de 2640 respostas, confirma características recorrentes: elevada escolaridade, afinidade com a conservação e disposição para viagens de média e longa duração, com gasto acima daquele praticado no turismo convencional. Destaca-se o recorte de idade acima de 50 anos, majoritário entre os que consomem roteiros estruturados, o que reforça a necessidade de produtos com conforto, acessibilidade, segurança e atendimento bilíngue, além de centros de visitantes e trilhas de baixa e média exigência física.

Praticantes



2640

respostas no formulário



elevada escolaridade



alto poder aquisitivo



afinidade com conservação

Guias e condutores



403

respostas no formulário



concentração no sudeste



necessidade de cursos



sentem falta de infraestrutura

Do lado da oferta, 403 (15,2%) das respostas foram de guias e condutores apontando o crescimento da base profissional, porém, com forte concentração no Sudeste e menor presença em áreas de alto potencial no Norte e Nordeste. As principais necessidades relatadas foram capacitação contínua (idiomas, primeiros socorros e liderança e condução de grupos), melhoria de infraestrutura de visitação (sinalização, mirantes, hides e sanitários) e apoio à promoção e comercialização de roteiros.

Na perspectiva institucional, gestores de Unidades de Conservação manifestam interesse em ampliar a visitação orientada à observação de aves, mas relatam limitações de pessoal, orçamento, manutenção e segurança jurídica para ordenar a atividade. Embora existam instrumentos normativos, sua implementação é desigual, sobretudo quanto a capacidade de carga, padronização de estrutura interpretativa e mecanismos de monitoramento de impactos.



O diagnóstico também evidencia oportunidade de converter o interesse do público em engajamento efetivo com a conservação (ciência cidadã, programas de membros, doações e voluntariado), aproximando a prática recreativa de resultados ambientais tangíveis nos territórios. Para isso, recomenda-se apoiar iniciativas que integrem educação ambiental, monitoramento participativo e repartição de benefícios com comunidades locais.



Em síntese, o Brasil reúne condições únicas para se afirmar como destino global de turismo de observação de aves. Para transformar potencial em liderança, é necessário planejamento integrado: diretrizes nacionais de visitação e conduta; certificação para guias; investimentos em infraestrutura de baixo impacto com acessibilidade; promoção coordenada por biomas e temporadas; e mecanismos de financiamento e monitoramento contínuo. Com ações articuladas entre poder público, setor privado e sociedade civil, o país pode fortalecer a conservação, gerar trabalho e renda e qualificar a experiência do visitante em todo o território.

04

Programas e Políticas Públicas



O turismo de observação de aves ocupa um espaço transversal nas políticas públicas brasileiras, aparecendo tanto como componente formalmente reconhecido quanto de forma implícita em diferentes instrumentos voltados ao ecoturismo e a atividades correlatas. Essa transversalidade é, ao mesmo tempo, uma força e uma fragilidade: permite a inserção da atividade em múltiplas agendas governamentais, turismo, meio ambiente, cultura, ciência e desenvolvimento regional, mas também dilui responsabilidades, gerando fragmentação e pouca prioridade. A ausência de um programa nacional específico limita a coordenação inter-institucional e a mensuração de resultados.

O presente diagnóstico sistematizou esse cenário ao levantar instrumentos nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo planos, estratégias, projetos, legislações e programas. Esse panorama oferece uma base para compreender a inserção da prática no quadro normativo e institucional do país, ao mesmo tempo em que identifica lacunas e oportunidades estratégicas para fortalecer a atividade e orientar políticas públicas mais eficazes.

4.1 Quadro normativo e institucional do turismo de observação de aves

Foram identificadas **75 iniciativas** no total, **8 programas** com caráter estruturante, geralmente de abrangência nacional ou estadual, **10 projetos** vinculados a universidades, institutos ou municípios, **36 instrumentos legais** (leis, decretos, portarias e instruções normativas) e **21 planos e estratégias** (federais, estaduais, municipais e regionais/interestaduais) (Figura 4).

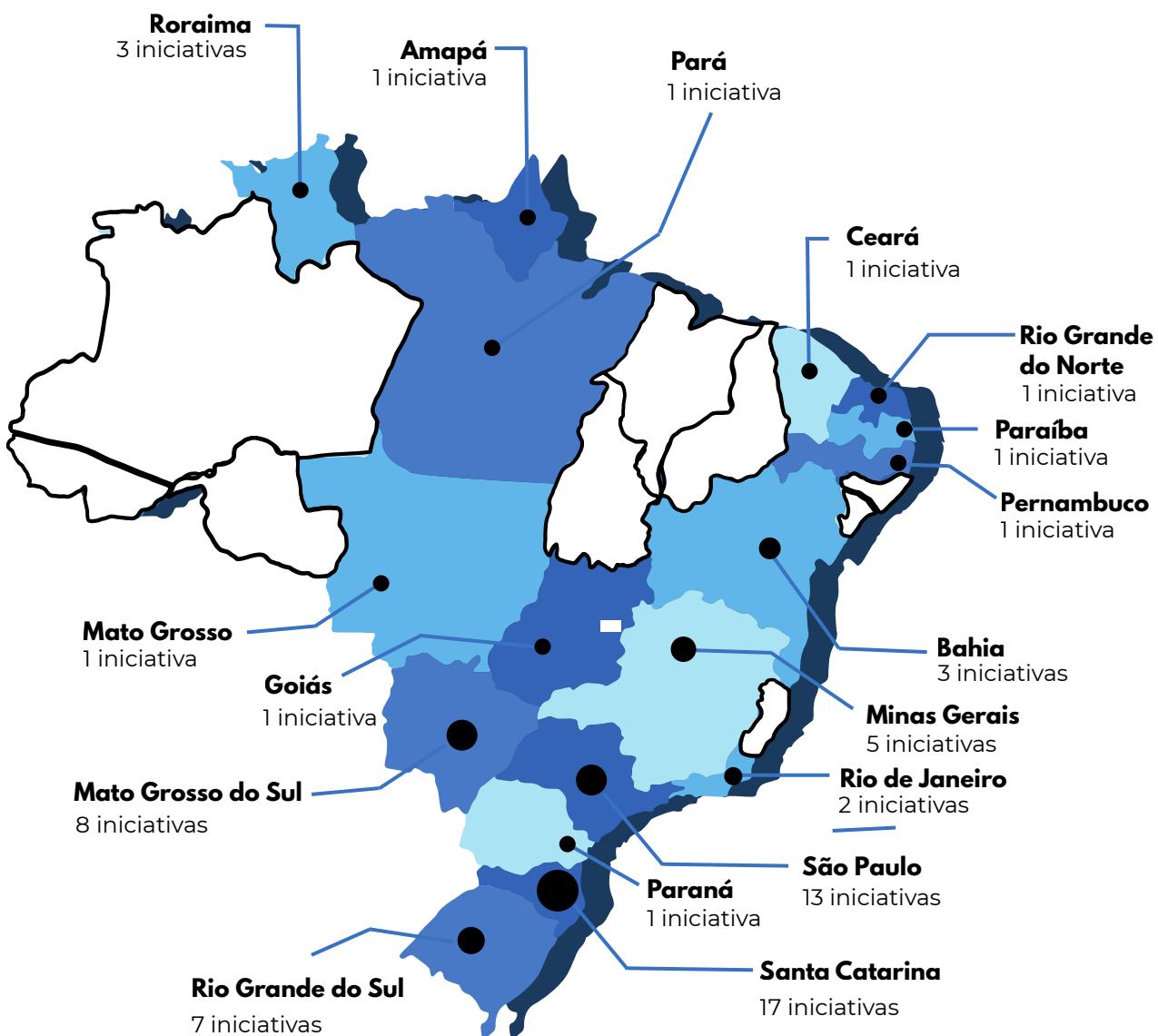


Figura 4 – Distribuição das iniciativas, programas, instrumentos legais e planos relacionados ao Turismo de Observação de Aves no Brasil. O mapa evidencia a abrangência territorial e diversidade institucional das ações identificadas, refletindo o avanço na integração entre políticas públicas, pesquisa científica e práticas de conservação em escala nacional.

Guará
(*Eudocimus ruber*)
©Daniela Maia



**Programa Caminhos
da Biodiversidade**

IBAMA

**Plano Nacional
de Turismo**

MTur

Plano Brasis

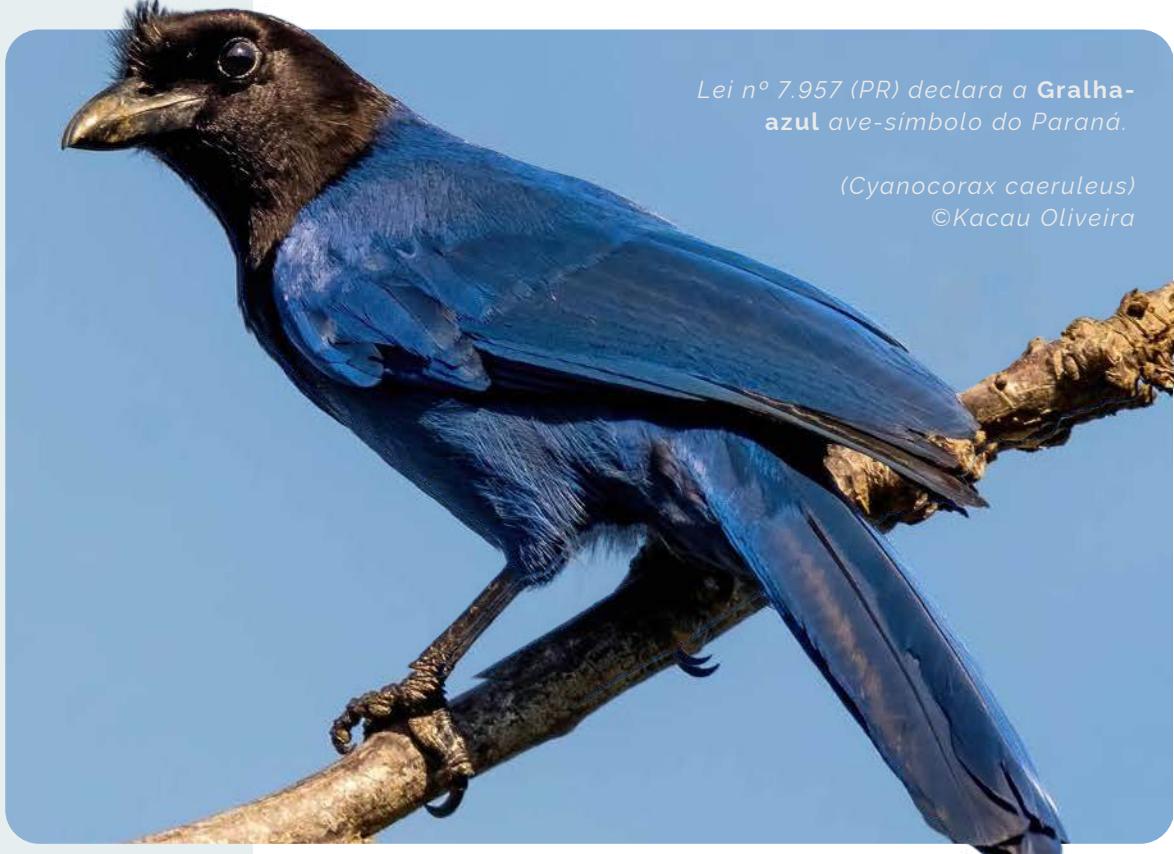
Embratur



No âmbito federal, políticas e programas estruturados incorporam o setor a estratégias mais amplas de promoção do ecoturismo e projeção internacional do Brasil como destino de natureza. Destacam-se, nesse sentido, o Programa Caminhos da Biodiversidade, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que articula ações de conservação ambiental e fomento a atividades de turismo de observação da vida selvagem; o Plano Nacional de Turismo 2024–2027, do Ministério do Turismo, que orienta ações governamentais e o uso de recursos públicos na promoção de destinos e produtos turísticos com base na sustentabilidade; e o Plano Brasis, da Embratur, voltado à promoção internacional do Brasil como destino de ecoturismo.

Também se destacam iniciativas mais recentes e concretas de fomento ao Turismo de Observação de Vida Silvestre (TOVS), como a criação da Associação TOVS, apoiada pela Embratur, e a participação do segmento no Salão do Turismo, que contou com a presença de 18 estados promovendo o turismo de observação em seus estandes, além de um debate no Núcleo de Conhecimento voltado à ampliação da visibilidade do tema junto ao público nacional. A Embratur também vem integrando o TOVS em feiras e eventos internacionais, fortalecendo sua inserção nas estratégias de marketing global do país.

Essas ações evidenciam avanços e reconhecem o turismo de observação de aves e de fauna como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável e promoção internacional do Brasil. No entanto, ainda carecem de concertação, continuidade e institucionalização em nível federal. Em síntese, apesar da existência de iniciativas pontuais relevantes, é fundamental a criação de um programa nacional específico e dotado de recursos, capaz de integrar, dar coesão e garantir perenidade às políticas públicas voltadas ao fortalecimento do Turismo de Observação de Aves e Vida Silvestre no país.



Nos âmbitos estadual e municipal, uma diversidade de dispositivos normativos e programas específicos busca consolidar a prática em diferentes escalas territoriais. Entre as iniciativas destacam-se a instituição de datas comemorativas, a definição de aves-símbolo regionais e a regulamentação da observação em unidades de conservação e em territórios urbanos, garantindo o equilíbrio entre uso público e preservação ambiental.



Exemplos concretos incluem o Projeto InovaFauna, vinculado ao Programa Cientista Chefe em Meio Ambiente do Ceará, que contou com um subprojeto voltado para a análise econômica do *birdwatching* naquele estado (Licarião et al. 2023); o Programa Trilhar MS (MS), voltado à criação de roteiros turísticos integrados, bem como ações municipais em Rifaina (SP) e Teresópolis (RJ), que desenvolvem atividades locais de observação de aves. Além disso, iniciativas em escala supra-municipal, como a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, incentivam práticas de turismo de natureza sustentável em observação de aves, evidenciando a articulação entre conservação, educação ambiental e desenvolvimento econômico local.

As iniciativas de programas e projetos apresentam maior concentração no Sudeste, com seis registros distribuídos entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Centro-Oeste reúne quatro iniciativas, localizadas em Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Já o Norte (Pará) e o Nordeste (Ceará e Paraíba) contam com duas iniciativas cada, enquanto o Sul aparece com uma iniciativa no Paraná. Além disso, foram identificados três programas de abrangência nacional.

As políticas públicas identificadas se dividem em duas macrocategorias: instrumentos legais e planos e estratégias. No conjunto de instrumentos legais, foram contabilizados 3 de âmbito federal, 13 estaduais e 20 municipais. Já entre os planos e estratégias, destacam-se 3 federais, 9 estaduais, 8 municipais e 1 de caráter interestadual (RS/SC). A representatividade estadual das políticas públicas de apoio ao turismo de observação de aves evidencia forte concentração em alguns estados: Santa Catarina lidera com 14 instrumentos e planos, seguida de São Paulo (9), Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul (5 cada), Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná (3 cada), e Bahia e Roraima (2 cada). Outros estados aparecem com uma iniciativa cada, como Amapá, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Além disso, há um plano interestadual específico para as Serras Gaúcha e Catarinense (RS/SC), reforçando a integração regional.

POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGAIS

- 3 federais
- 13 estaduais
- 20 municipais

PLANOS

- 3 federais
- 9 estaduais
- 8 municipais
- 1 interestadual



©Cecília Licarião

Essas iniciativas, embora exemplares, permanecem pontuais diante da dimensão do potencial brasileiro para o turismo de observação de aves. Regiões de alta biodiversidade, como o Norte e o Nordeste, apresentam enorme vocação para a atividade, mas carecem de iniciativas estruturadas em escala. Em muitos casos, as políticas locais ainda sofrem forte influência da gestão vigente, o que compromete sua consolidação no longo prazo. Essa fragilidade se reflete no fato de que 11 unidades da federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Sergipe e Tocantins) não possuem até o momento nenhum instrumento legal ou plano/estratégia que mencione a prática. O levantamento evidencia, portanto, uma lacuna significativa: apenas 59,3% dos entes federativos contam com algum nível de reconhecimento formal do segmento, enquanto 40,7% permanecem desassistidos. Essa ausência em uma parcela tão expressiva do território revela não apenas a fragilidade das políticas públicas no setor, mas também a desigualdade territorial na adoção de marcos regulatórios, o que restringe o desenvolvimento da atividade a estados mais organizados e deixa vastas áreas de alta biodiversidade fora do radar da gestão pública.

Participaram deste diagnóstico 283 instituições governamentais. A grande maioria das iniciativas identificadas ocorre em nível municipal (76%, n=187), evidenciando forte descentralização das políticas e ações voltadas ao turismo de observação de aves. Já o nível estadual/distrital (18,7%, n=46) tem participação relevante, mas ainda desigual entre as unidades federativas, enquanto o nível federal (5,3%, n=13) mantém papel mais normativo e programático, com poucos instrumentos diretos (Figura 5).

Fontes de recursos mais utilizadas para apoiar iniciativas de Turismo de Observação de Aves

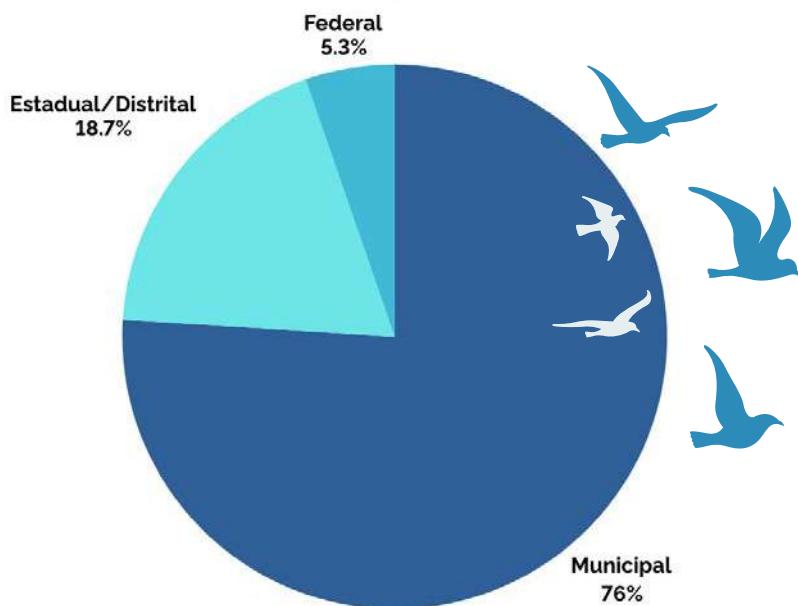


Figura 5 - Distribuição dos instrumentos de políticas públicas que abordam Turismo de Observação de Aves no Brasil por nível de abrangência municipal, estadual/distrital e federal.

A lista completa dos programas e políticas públicas do turismo de observação de aves encontra-se no Anexo II, dividida em: 1) Programas e projetos de apoio ao turismo de observação de aves e 2) Políticas públicas de apoio ao turismo de observação de aves.

INSTITUIÇÕES

283	respostas
130	sudeste
48	nordeste
47	sul
41	centro-oeste
18	norte

Quando analisamos as instituições participantes, das 283, temos 130 iniciativas no Sudeste (45,9%), liderado pelo estado de São Paulo (n=73), seguido pelo Nordeste (16,9%, n=48) liderados por Pernambuco (n=13) e Bahia (13), Sul (16,6%, n=47) liderado por Santa Catarina (n=32), Centro-Oeste (14,4%, n=41) liderado por Mato Grosso do Sul (n=25), e Norte (6,3%, n=18) liderado pelo Pará (n=6). Isso mostra uma forte concentração de instituições envolvidas com o turismo de observação de aves no Sudeste, que juntamente com o Sul lideram com 62,5% de representatividade. O Nordeste, apesar de vir em segundo lugar, representa 16,9% das instituições, o que reforça a desigualdade territorial das políticas e projetos voltados ao turismo de observação de aves.

Das instituições participantes, 56,6% estão localizadas na Mata Atlântica, sendo esse o bioma mais representado. Esse predomínio reflete tanto a densidade populacional e institucional das regiões Sudeste e Sul quanto a tradição histórica da observação de aves nessas áreas. O Cerrado vem em segundo lugar, impulsionado pela expansão de pesquisas e do setor do turismo em regiões centrais como Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal. Por outro lado, biomas megadiversos como Amazônia, Caatinga e Pantanal ainda aparecem sub-representados, o que evidencia desigualdade territorial e necessidade de políticas de fomento específicas. As Zonas Costeiras e Ilhas mostram presença relevante (11,8%), puxadas por destinos como Fernando de Noronha e Ilhabela, reforçando o potencial do ecoturismo marinho-insular. Os Campos Sulinos, por sua vez, continuam como o bioma menos representado, indicando carência de projetos estruturados.



Os dados obtidos revelam uma expressiva concentração de iniciativas institucionais voltadas ao Turismo de Observação de Aves em determinados estados do país. São Paulo (41 respostas), Santa Catarina (n=18), Rio de Janeiro (n=14), Mato Grosso do Sul (n=13) e Minas Gerais (n=7) destacaram-se por apresentarem maior número de ações, projetos ou programas específicos relacionados ao segmento, configurando-se como polos relevantes de atuação. Ainda assim, o panorama geral aponta que a presença dessas iniciativas não é uniforme em todo o território, refletindo uma estrutura institucional desigual e com diferentes níveis de consolidação entre regiões e entes federativos.

Esse cenário reforça que, embora existam núcleos de excelência e engajamento no setor, o país carece de mecanismos de articulação interinstitucional e estratégias sistêmicas de indução capazes de conectar e expandir as experiências existentes. A concentração geográfica das ações e a ausência de diretrizes nacionais consolidadas indicam a necessidade de políticas públicas mais integradas, que promovam equilíbrio territorial, continuidade e fortalecimento institucional do turismo de observação de aves no Brasil.

Além disso, estados como Amapá, Pernambuco e Piauí não registraram nenhuma resposta positiva, o que indica uma ausência completa de ações institucionalizadas reconhecidas no tema. Isso reforça a urgência de políticas de indução que promovam a equidade territorial e reduzam a concentração das ações em estados mais estruturados. Portanto, o fortalecimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil não depende apenas da replicação de boas práticas pontuais, mas da construção de um ambiente normativo e institucional que fomente, articule e descentralize esforços, permitindo que o segmento se consolide como uma política pública transversal, integrando agendas de conservação, desenvolvimento regional, geração de renda e valorização do patrimônio natural e cultural.

Quando as instituições foram indagadas sobre a existência de incentivos públicos ou editais voltados para iniciativas de turismo de natureza ou de observação de aves em seu território, os resultados revelaram um cenário de baixa institucionalização de políticas públicas no Brasil. Mais da metade das instituições consultadas (57%) informaram não possuir qualquer tipo de incentivo ativo, enquanto apenas 25% relataram iniciativas em andamento, na maioria das vezes de caráter pontual ou vinculadas a programas genéricos de ecoturismo e sustentabilidade. Outros 10% mencionaram políticas em fase de elaboração, sinalizando avanços incipientes, e 8% declararam desconhecimento sobre a existência de ações, o que evidencia falhas de comunicação e integração entre as esferas de meio ambiente e turismo. Esse panorama aponta para uma disparidade territorial significativa e a necessidade urgente de consolidar diretrizes nacionais capazes de orientar e articular esforços regionais.



©Cecília Licarião

Quanto ao financiamento dessas iniciativas, observa-se predomínio dos recursos próprios municipais (62%), indicando forte dependência das administrações locais e limitação de escala. As parcerias com o setor privado (48%) aparecem como mecanismo complementar importante, mas ainda informal e pouco institucionalizado. Convênios com órgãos federais e estaduais (33%) e emendas parlamentares (21%) reforçam o papel potencial de uma integração vertical entre níveis de governo, enquanto a cooperação internacional (7%) representa oportunidade estratégica de diversificação de fontes e alinhamento com metas globais de biodiversidade (Figura 6). De modo geral, o quadro evidencia que o Turismo de Observação de Aves no Brasil ainda se apoia em ações isoladas e dependentes de orçamentos locais, o que reforça a necessidade de programas permanentes de fomento, incentivos fiscais e políticas nacionais coordenadas para sustentar o crescimento do segmento.

Fontes de recursos utilizadas para apoiar iniciativas de Turismo de Observação de Aves

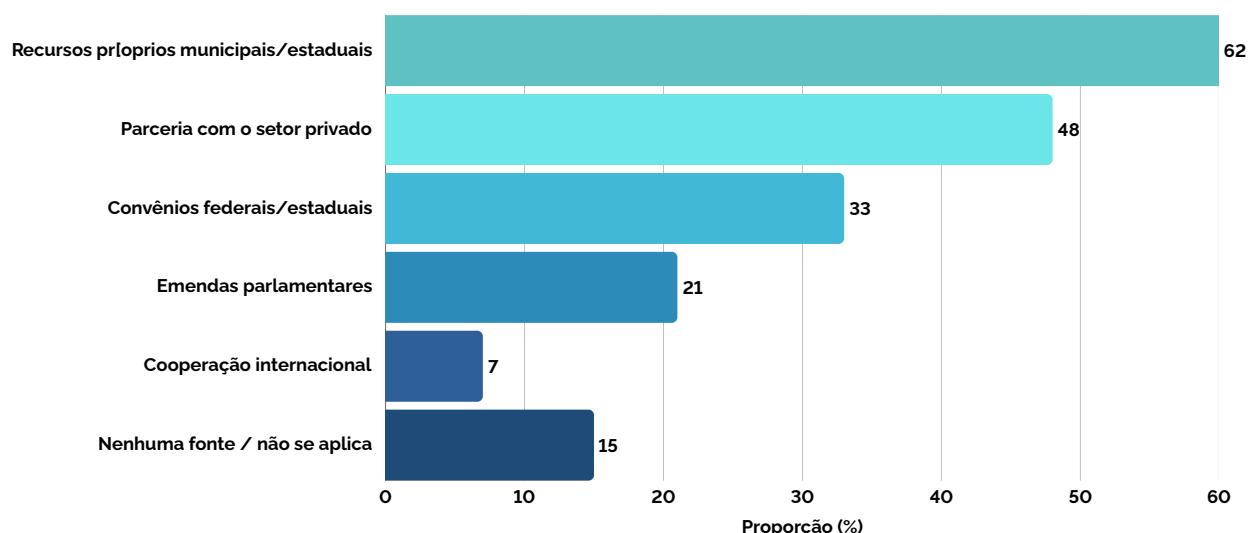


Figura 6 – Fontes de recursos mais utilizadas para apoiar iniciativas de Turismo de Observação de Aves no Brasil. O gráfico evidencia a predominância dos recursos próprios municipais e estaduais, seguidos por parcerias com o setor privado e convênios intergovernamentais, indicando a importância de ampliar a diversificação e institucionalização das fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade das ações.

As respostas apontam convergência nas mesmas lacunas estruturais para impulsionar o turismo de observação de aves nas UCs: em primeiro plano, capacitação de guias e condutores e estruturação de atrativos e trilhas (sinalização, segurança, acessibilidade e pontos de observação) aparecem de forma expressiva, seguidas por promoção e marketing (posicionamento, materiais e campanhas) e por monitoramento e pesquisa (inventários, protocolos e indicadores de visitação/impacto).



Também é recorrente a demanda por apoio a comunidades locais (qualificação, governança e encadeamento produtivo), evidenciando que a experiência do visitante e a gestão do uso público dependem de bases técnicas e sociais ainda frágeis. Em alguns casos, surge inclusive a necessidade de estruturar a atividade no município e de definir prioridades dentro das próprias UCs, o que revela déficits de planejamento.

Criticamente, o padrão das lacunas dialoga com o diagnóstico de financiamento: como predominam recursos municipais e parcerias pontuais, prevalecem ações fragmentadas, sem continuidade para consolidar trilhas, capacitar equipes e comunicar os destinos de forma profissional. Isso reforça a importância de programas estáveis de fomento (federais/estaduais), com linhas específicas para (i) **infraestrutura de visitação e manutenção**, (ii) **formação e certificação de guias/condutores**, (iii) **promoção integrada** (rotas/ calendários de eventos) e (iv) **pesquisa e monitoramento com métricas de conservação e de uso público**, sempre atrelados a mecanismos de inclusão produtiva das comunidades do entorno. Em síntese: sem atacar simultaneamente gente + trilhas + dados + mercado, as UCs manterão sua baixa competitividade e limitada geração de benefícios socioambientais.





Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
©Heideger Nascimento

As sugestões coletadas convergem para a necessidade de criação de uma Política Nacional de Turismo de Observação de Aves, com base legal, financiamento contínuo e coordenação multisectorial. Entre as principais propostas, destacam-se:

Propostas de Ação

Instituição de editais federais e estaduais de fomento;

Inclusão da observação de aves nos planos de turismo sustentável;

Formação e certificação de guias e condutores locais;

Estruturação de trilhas, mirantes e centros de visitantes com acessibilidade e sinalização padronizada;

Importância de campanhas de divulgação nacional e internacional;

Criação de rotas integradas por biomas;

Desenvolvimento de catálogos e plataformas digitais que unam dados sobre espécies, destinos e operadores;

Formação de redes locais e regionais com envolvimento comunitário e governança participativa.

As contribuições reforçam que o fortalecimento do turismo de observação de aves depende de três pilares essenciais: (i) **investimento público e privado em infraestrutura e capacitação**, (ii) **articulação entre conservação, educação e desenvolvimento econômico local**, e (iii) **promoção e posicionamento estratégico do Brasil como destino global de birdwatching**. Há ênfase especial nos pequenos municípios com ampla zona rural e alta diversidade de aves, onde o segmento pode se tornar vetor de geração de renda e valorização cultural. De modo geral, os participantes defendem que o país avance de ações pontuais para um programa nacional estruturado e permanente, capaz de integrar políticas de turismo, meio ambiente e ciência cidadã, ampliando o alcance econômico e conservacionista dessa atividade em todo o território brasileiro.

4.2 Lacunas e desafios regulatórios

Apesar dos avanços observados na incorporação da atividade às políticas de turismo, a análise também evidencia um cenário heterogêneo em termos de reconhecimento e estruturação do setor. A prática ainda é contemplada de forma desigual entre estados e municípios, pois são poucos os que reconhecem ou implementam em seus planos de desenvolvimento turístico como um segmento estratégico. Entre os principais desafios, destacam-se o orçamento público insuficiente, a ausência de políticas específicas voltadas ao turismo de natureza, a falta de capacitação técnica das equipes responsáveis e o risco de uso inadequado dos recursos naturais e das espécies, fatores que podem comprometer a sustentabilidade da atividade.

Neste último cenário, a ausência de regulação específica na localidade favorece práticas predatórias, como o excesso de visitantes em áreas sensíveis, uso indiscriminado de playback e perturbação de habitats e espécies ameaçadas. Além disso, lacunas persistem em diversas frentes estratégicas, incluindo formação de guias e condutores, promoção e marketing territorial, estruturação de atrativos e trilhas, monitoramento e pesquisa científica e apoio a comunidades locais.

Esses desafios não apenas limitam o pleno desenvolvimento da prática, mas também indicam oportunidades claras de intervenção por meio de investimentos públicos e privados, criação de políticas regulatórias específicas e fortalecimento de capacidades locais, assegurando que o turismo de observação de aves contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade e a geração de renda regional.

Entre os principais desafios:

Orçamento insuficiente e dependência de editais pontuais;

Ausência de políticas específicas para turismo de natureza e, quando existentes, com observação de aves inseridas ao ecoturismo genérico;

Carência de capacitação técnica de equipes responsáveis por implementar políticas;

Práticas predatórias em locais sem regulação, como excesso de visitantes, uso indiscriminado de playback e perturbação de espécies ameaçadas;

Falta de monitoramento sistemático de impactos socioambientais e econômicos;

Descontinuidade de políticas a cada mudança de governo;

Participação comunitária incipiente nos processos decisórios;

Dificuldade de adquirir equipamentos como binóculos, lunetas, câmeras e gravadores.

Esses fatores limitam o pleno desenvolvimento da prática, comprometem sua sustentabilidade e reforçam a necessidade de criar instrumentos regulatórios específicos, estáveis e territorialmente sensíveis.

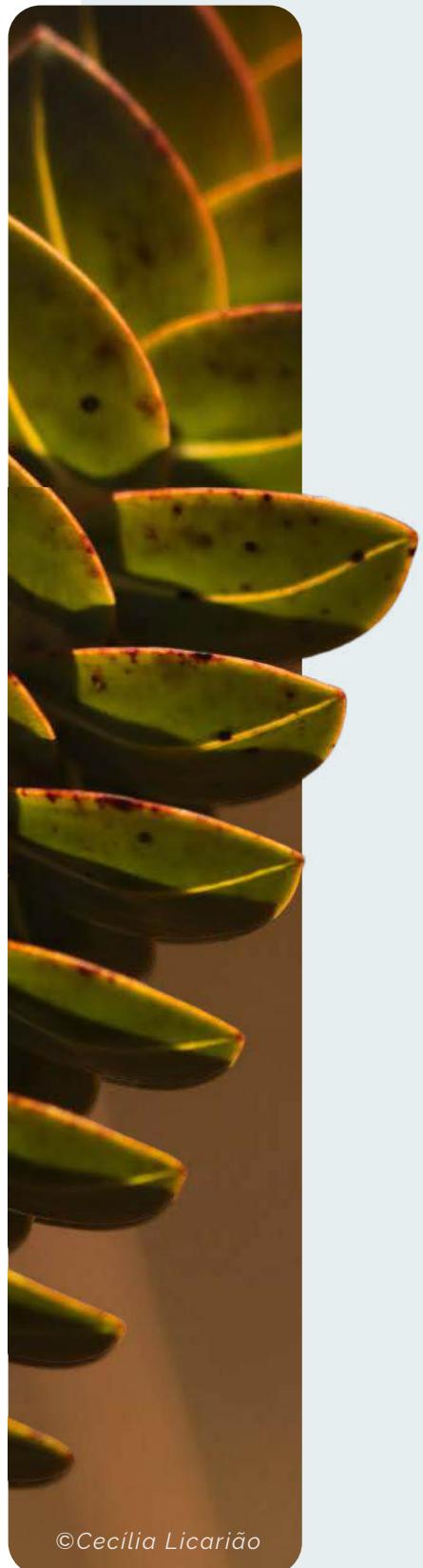
² Playback é a técnica de reproduzir o canto de aves gravado para atraí-las, facilitando a observação ou registro. Seu uso requer conhecimento e deve ser feito com responsabilidade, pois o uso excessivo pode causar estresse, alterar comportamentos e afetar a reprodução, especialmente em espécies raras ou ameaçadas.

4.3 Perspetivas e fortalecimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil

O presente estudo apresenta propostas que reforçam o objetivo de consolidar o Brasil como referência global em turismo de observação de aves, indicando caminhos para fortalecer e estruturar o setor. **Um ponto fundamental é a descentralização da prática, uma vez que a maioria das regiões com elevada diversidade de aves ainda não é devidamente contemplada, mesmo possuindo potencial relevante.** A descentralização não apenas diversifica a oferta turística, como também fortalece as comunidades locais e contribui para a conservação de ecossistemas menos conhecidos, integrando efetivamente o turismo de observação de aves às estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e sustentável.

Nesse contexto, torna-se essencial que entidades estaduais e municipais reconheçam o segmento como estratégico na elaboração de suas políticas públicas. Esse reconhecimento institucional pode materializar-se por meio de planos de turismo e legislação (leis e decretos) específicos, garantindo que o turismo de observação de aves esteja incorporado ao planejamento territorial e às estratégias de desenvolvimento local. Para viabilizar essas ações, o financiamento público e privado é essencial para promover infraestrutura turística, aquisição de equipamentos e iniciativas inovadoras, assegurando que o potencial de cada região seja efetivamente explorado e consolidado.

No campo da infraestrutura e do planejamento turístico, o diagnóstico destaca a importância da criação e manutenção de trilhas ecológicas, m irantes, torres de observação, centros de visitantes e roteiros integrados que conectem municípios, biomas e Unidades de Conservação.



©Cecília Licarião

A formalização dessas ações como políticas públicas pode ocorrer por meio de planos municipais de turismo, programas estaduais de ecoturismo, acordos de cooperação intermunicipal e convênios com órgãos ambientais. A estruturação de roteiros integrados se apresenta como uma estratégia diferenciada para fortalecer a visibilidade nacional e internacional do Brasil, oferecendo experiências turísticas consistentes e de alta qualidade que valorizam a biodiversidade local.

A capacitação contínua de guias, condutores e equipes técnicas constitui outro eixo central das propostas. Ações como formação bilíngue, cursos de especialização, certificação profissional e programas de educação ambiental voltados para escolas, universidades e comunidades locais podem ser formalizadas por meio de editais, parcerias com instituições de ensino e incentivos financeiros. Dessa forma, os atores locais se tornam preparados para atender turistas nacionais e internacionais, contribuindo simultaneamente para a conservação e valorização da avifauna.

De modo complementar, a criação de uma plataforma nacional integrada, reunindo informações sobre atrativos, guias, operadores turísticos e calendário de eventos, é apresentada como ferramenta estratégica. Essa plataforma permitiria articular diferentes regiões, centralizar dados, monitorar fluxos turísticos e fortalecer a presença do Brasil no mercado global, oferecendo um instrumento valioso de planejamento e gestão do setor.



*Parque Estadual do Cocó - Fortaleza - CE
©Cecília Licarião*

A governança e a articulação regional também recebem destaque. A criação de fóruns e redes de cooperação entre municípios, estados, setor privado, ONGs e órgãos de conservação estabelece canais formais de comunicação e troca de boas práticas, permitindo coordenar ações, padronizar processos, integrar informações e consolidar estratégias colaborativas. Esses mecanismos fortalecem o turismo de observação de aves como vetor de desenvolvimento sustentável, promovendo geração de renda e preservação ambiental de forma integrada.

O presente diagnóstico, elaborado com base na escuta dos principais atores do segmento, propõe medidas estratégicas para consolidar o Brasil como referência em turismo de observação de aves:



Recomenda-se difundir, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), diretrizes para formatação de produtos e experiências relacionadas ao Turismo de Observação de Aves, por biomas, contemplando padrões mínimos de infraestrutura e sinalização, protocolos de baixo impacto e governança compartilhada entre órgãos do turismo, meio ambiente e sociedade civil.

Em convergência, propõe-se a criação de um curso de "Especialização em Observação de Aves" para enriquecer as habilidades profissionais dos Guias de Turismo cadastrados no Cadastur, bem como sua identificação segmentada quando do cadastro, e a implementação de um programa nacional de formação e certificação com SENAC e/ou instituições de ensino e pesquisa, contemplando bilinguismo e reconhecimento de saberes tradicionais.

No campo da promoção, recomenda-se a inserção de guias, destinos e espécies-emblema nas campanhas nacionais e internacionais (Embratur/MTur) e a participação regular em feiras especializadas (Avistar, Global Birdfair, World Bird Fair).

Por fim, para garantir soberania e continuidade de dados, propõe-se a criação do Observatório Nacional de Aves, integrando plataformas de ciência cidadã, cadastros de guias/destinos e painéis públicos, com uso de Inteligência Artificial para identificação de espécies e monitoramento de fluxos turísticos.

4.4 Relevância do Diagnóstico para a Formulação de Políticas Públicas

A construção de um diagnóstico nacional sobre o Turismo de Observação de Aves representa uma oportunidade estratégica para subsidiar a formulação, o aprimoramento e a integração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do setor no Brasil.

Ao sistematizar dados sobre a oferta e a demanda da atividade, identificar impactos socioambientais positivos e mapear boas práticas em diferentes regiões do país, o diagnóstico fornecerá subsídios técnicos para orientar ações governamentais em múltiplas esferas. Entre os principais desdobramentos esperados, destacam-se:

- ◆ A valorização do patrimônio natural e cultural por meio de uma atividade que promove a conservação da biodiversidade, a geração de renda e a inclusão social em áreas rurais, costeiras e de conservação;
- ◆ O apoio à tomada de decisão por parte de gestores públicos, por meio da identificação de gargalos e potencialidades do turismo de observação de aves nos diferentes estados e biomas;
- ◆ O estímulo à criação de marcos legais, programas e incentivos voltados à atividade, especialmente em interface com áreas como turismo, meio ambiente, cultura, ciência, educação e desenvolvimento regional;
- ◆ O fortalecimento de políticas de desenvolvimento territorial com base em soluções de baixo impacto ambiental e alto valor agregado;
- ◆ A promoção de parcerias público-privadas e inter-institucionais, que possam viabilizar o planejamento e a execução de ações integradas para a consolidação do turismo de observação de aves como segmento estratégico do ecoturismo brasileiro.

Ao integrar múltiplos atores e perspectivas, o diagnóstico se propõe não apenas a produzir conhecimento técnico, mas também a contribuir para a construção de políticas mais eficazes, inclusivas e territorialmente sensíveis, alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na área de biodiversidade, turismo sustentável e valorização cultural.



4.5 Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo de Observação de Aves

A formulação de políticas públicas voltadas ao turismo de observação de aves demanda uma abordagem transversal, que integre dimensões educacionais, econômicas, científicas e de conservação. Mais do que ações isoladas, trata-se de estruturar um conjunto de eixos estratégicos capazes de alinhar instrumentos normativos, programas e investimentos, assegurando continuidade, escala e participação social. Essa perspectiva reforça o caráter multifuncional da atividade, que ao mesmo tempo promove conservação da biodiversidade, geração de renda, valorização cultural e inclusão social. A seguir, apresentam-se recomendações organizadas em quatro diretrizes prioritárias: Educação e Cultura; Turismo e Economia; Ciência e Tecnologia; e Conservação, que podem orientar gestores públicos, setor privado e sociedade civil na consolidação do Brasil como referência internacional no segmento. Todas essas diretrizes são princípios orientadores e estão associadas a eixos do Plano de Ação.



Eixo 1 - Educação e Cultura

Enriquecimento da Educação formal:

incluir recomendações para que a observação de aves esteja presente em semanas pedagógicas e materiais paradidáticos. Atualmente, a atividade não consta em praticamente nenhum dos planos de educação ambiental.

Incremento na educação não-formal:

destacar o papel dos eventos (Vem Passarinhos, festivais, encontros) como espaços de engajamento e sugerir que sejam integrados às agendas oficiais de cultura e educação nos estados e municípios.

Transformação social: reforçar que a atividade valoriza saberes tradicionais, povos originários e promove inclusão (indígena, quilombola, jovens e adultos, Educação Especial), tornando-se um diferencial na perspectiva das políticas públicas inclusivas.

Execução de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e grandes eventos globais: usar a COP15 das Espécies Migratórias, em Campo Grande/MS, em março de 2026, como marco estratégico para defender a observação de aves como pauta internacional do Brasil em biodiversidade e turismo sustentável.



Plano de Ação
Eixo Capacitação e Certificação

Eixo 2 - Turismo e Economia

Formatação de destinos: realizar um benchmarking com países que são referência no segmento, a exemplo da Colômbia, e propor editais para desenvolvimento de destinos de observação de aves, com foco em regiões de endemismo e alta diversidade.

Envolvimento em melhorias de Infraestrutura em UCs: estimular a adequação de logística, apontar a falta de sinalização, miradouros, torres, centros de visitantes e propor que políticas públicas priorizem investimentos nesse tipo de equipamento, motivar a participação das comunidades do entorno.

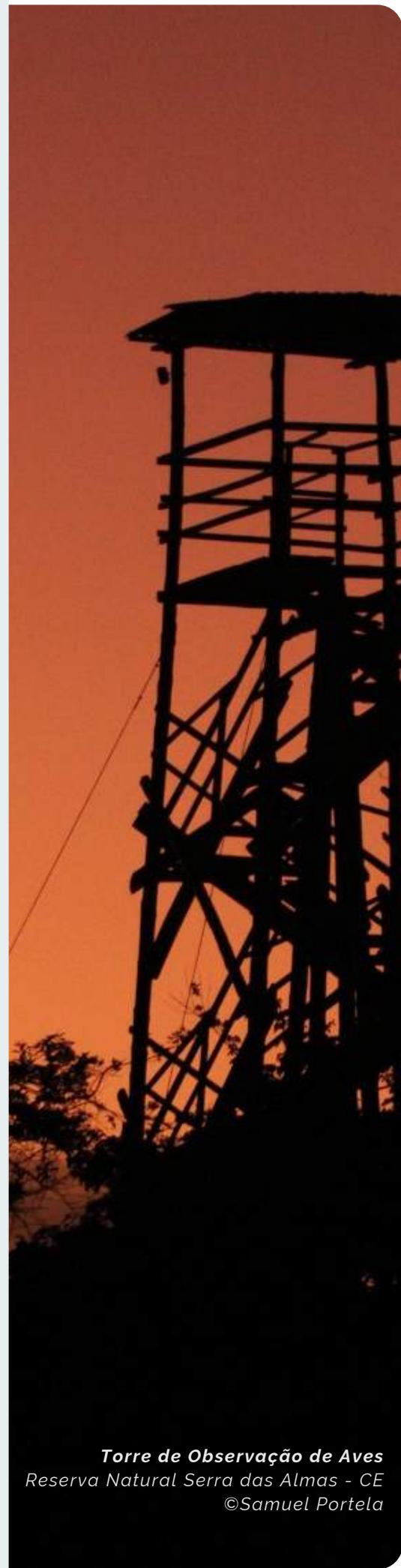
Reconhecimento do Fórum TOVS: destacar a necessidade de incorporar o Fórum como ator de governança nos conselhos de turismo e meio ambiente (nacional e estadual).

IGRs e planos municipais: reforçar o papel das Instâncias de Governança Regionais como canal para criar e formatar produtos locais.

Comercialização e promoção:

Comercialização e promoção: recomendar que os destinos de observação de aves tenham espaço em feiras multiprodutos nacionais e internacionais, além de campanhas segmentadas.

Estabelecimento de base de dados: incorporar a urgência de criar estatísticas oficiais sobre turismo de observação de aves, complementando IBGE/EMBRATUR.



Torre de Observação de Aves
Reserva Natural Serra das Almas - CE
©Samuel Portela

Eixo 3 - Ciência e Tecnologia

Acolhimento da Ciéncia Cidadã: propor editais e apoio contínuo a plataformas já consolidadas (WikiAves, Biofaces) e ao surgimento de novas iniciativas similares.

Instituição do Observatório Nacional de Aves: sugerir a institucionalização de um órgão/rede para centralizar dados e análises colhidas por cidadãos cientistas e pesquisadores.

IA e soberania de dados: propor desenvolvimento de modelos brasileiros para usos diversos da IA (p.ex. identificação automática de aves), garantindo soberania tecnológica.

Promoção da divulgação científica: Promoção da divulgação científica: sugerir ao Ministério de Ciéncia e Tecnologia editais de jornalismo científico e comunicação da biodiversidade voltada para observadores e público em geral, apoiar as iniciativas já existentes.

Acesso a equipamentos e insumos especializados: propor políticas de incentivo fiscal, redução de taxas de importação e linhas de crédito específicas para aquisição de equipamentos ópticos e de registro sonoro/visual (binóculos, lentes, câmeras e gravadores). Esses equipamentos são fundamentais para o desenvolvimento técnico da atividade e o aumento da qualidade da experiência turística. A auséncia de fabricantes nacionais e as altas taxas de importação dificultam o acesso, especialmente entre guias e condutores autônomos, comprometendo a competitividade do segmento no país.



©Bruna Roveri



©Roberta Viegas



Eixo 4 - Conservação

Adoção de Hotspots e IBA/KBA: incorporar a recomendação de usar áreas-chave de observação como critério de políticas de conservação e criação de UCs.

Institucionalização nas UCs: reforçar a observação como atividade não comercial, participando dos planos de manejo e programas de uso público.

Mediação de conflitos: incluir a observação de aves como ferramenta para reduzir atividades ilícitas como caça e tráfico, reposicionando comunidades como aliadas.

Inspiração pelo exemplo Vem Passarinhar: usar como caso prático para demonstrar a escalabilidade de uma política pública nacional de baixo custo e alto impacto.

Plano de Ação
Eixo Governança e
transversalidade ambiental

Gavião-real
(Harpia harpyja)
©Letícia Souza

4.6 Turismo de Observação de Aves e o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal

O Quadro Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (KMGBF), aprovado em 2022 no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, estabelece metas claras para deter e reverter a perda da biodiversidade até 2030, com quatro objetivos estratégicos até 2050. Entre as 23 metas intermediárias, destacam-se a conservação de 30% dos ecossistemas terrestres e marinhos, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização das contribuições da natureza para as pessoas e a integração da biodiversidade em políticas setoriais e modelos de negócios.

Nesse contexto, o turismo de observação de aves se configura como um vetor privilegiado para a operacionalização do KMGBF, ao articular conservação de habitats, geração de renda, educação ambiental e ciência cidadã. Diferentemente de atividades extrativas, o segmento converte a biodiversidade em ativo econômico por meio de um uso não-consumptivo, com benefícios diretos para comunidades locais e estímulos à manutenção de paisagens naturais.

Entre as conexões mais diretas com as metas do KMGBF, destacam-se:

Conservação e restauração de habitats (Metas 1-3): o turismo de observação de aves depende de ambientes íntegros, criando incentivos para a proteção de áreas-chave, restauração de ecossistemas degradados e manejo sustentável de paisagens. Experiências consolidadas em Unidades de Conservação, RPPNs e áreas de endemismo demonstram a contribuição do setor para a efetividade da conservação.

Uso sustentável e benefícios socioeconômicos (Meta 9): geração de renda via guiamento, hospedagem, transporte e serviços especializados, o aviturismo cria alternativas econômicas locais, reduzindo pressões sobre atividades extractivas e fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis.

Contribuições da Natureza par as Pessoas (Meta 11): a manutenção de aves e habitats saudáveis contribui para serviços ecossistêmicos como regulação climática, dispersão de sementes e controle de pragas, essenciais para comunidades locais e visitantes.

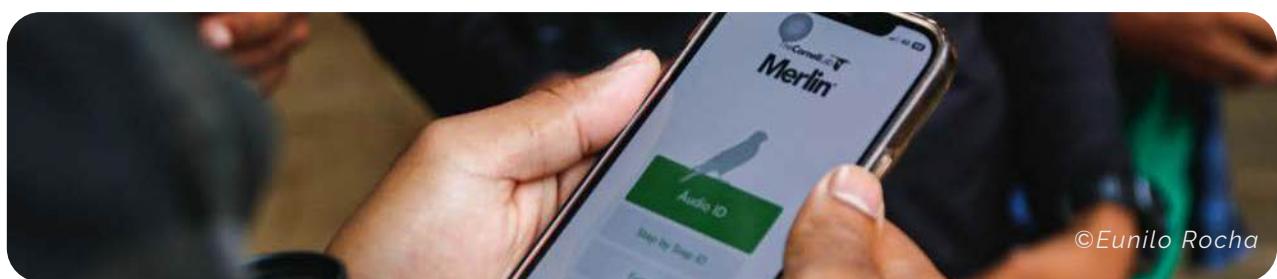
Integração em políticas setoriais e negócios (Metas 14–15): a adoção de métricas de sustentabilidade, selos de boas práticas e exigências de disclosure por operadores turísticos pode alinhar o setor às exigências globais de transparência e responsabilidade ambiental.

Consumo responsável e informação (Meta 16): o estabelecimento de códigos de conduta, materiais educativos e campanhas de sensibilização orientam os turistas para escolhas conscientes e reduzem impactos, reforçando o caráter educativo da atividade.

Inclusão de povos indígenas e comunidades locais (Meta 22): a participação comunitária em modelos de cogestão e repartição de benefícios é central para o sucesso do setor, permitindo a valorização de saberes tradicionais e o fortalecimento da justiça socioambiental.

Ciência cidadã e monitoramento (Metas 17 e 19): o incremento a plataformas como WikiAves, eBird e iNaturalist transforma observações em dados científicos, ampliando a capacidade nacional de monitorar indicadores e subsidiar políticas públicas.

Dessa forma, o turismo de observação de aves não apenas reforça compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do KMGBF, como também oferece uma narrativa estratégica: ao aliar conservação da biodiversidade com desenvolvimento socioeconômico, o país pode se posicionar como referência global em modelos de turismo de natureza alinhados a metas internacionais de sustentabilidade.



©Eunilo Rocha



05

Plano de Ação



Parque Nacional da Serra do Cipó

©Cecília Licarião



O conjunto de dados e análises apresentados ao longo deste diagnóstico evidencia que o Turismo de Observação de Aves no Brasil encontra-se em franco crescimento, com ampla adesão de diferentes públicos e fortalecimento progressivo de iniciativas regionais. No entanto, também revela lacunas estruturais, carência de políticas específicas, desigualdade territorial na oferta e ausência de uma coordenação nacional que oriente e integre esforços dispersos.

Diante desse cenário, propõe-se um **Plano de Ação Nacional** composto por cinco linhas de ação prioritárias, voltadas à consolidação do turismo de observação de aves como vetor de conservação da biodiversidade, fortalecimento da economia local e valorização do patrimônio natural brasileiro. As propostas a seguir resultam diretamente dos achados do diagnóstico e das contribuições da comunidade técnica e científica, configurando-se como uma agenda estratégica para o setor.

5.1 Linhas de Ação Prioritárias para o desenvolvimento do Turismo de Observação de Aves no Brasil

Aqui é onde sintetizamos os principais achados do diagnóstico, traduzindo-os em eixos estratégicos com potencial de orientar políticas públicas, programas e parcerias nacionais. Apresentamos 6 eixos macro, cada um com algumas frentes práticas derivadas dos resultados do mapeamento.

EIXO 1

Governança e Políticas Públicas

Fortalecer a governança institucional e integrar políticas de turismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável é fundamental para garantir a consolidação do segmento no território nacional.

As principais ações recomendadas incluem:

- ◀ Criação de um **Programa Nacional de Turismo de Observação de Aves**, articulando o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o ICMBio, o SEBRAE e o Sistema S (SESC e SENAC).
- ◀ Integração das políticas estaduais e municipais às estratégias federais, estimulando a adoção de instrumentos de incentivo, como o **ICMS Ecológico**, e avaliando a possibilidade de criação de mecanismos de crédito ou compensação ambiental vinculados à observação de aves.
- ◀ Definição de **Áreas Prioritárias para o Desenvolvimento do Turismo de Observação de Aves**, a partir de metodologias semelhantes às utilizadas pelo MMA para Áreas Prioritárias para a Conservação.
- ◀ Inclusão da observação de aves nas **políticas de biodiversidade**, economia verde e desenvolvimento rural sustentável.
- ◀ Criação de **linhas de fomento** específicas e **incentivos fiscais** voltados a empreendimentos de base comunitária, cooperativas e pequenas empresas do setor.
- ◀ Integrar o Turismo de Observação de Aves às estratégias do Programa de Regionalização do Turismo, fomentando articulação interinstitucional entre MTur, MMA, ICMBio, Embratur e sociedade civil para harmonização de diretrizes territoriais e definição de padrões mínimos de qualidade dos produtos.

EIXO 2

Capacitação e Formação Profissional

O fortalecimento do setor depende diretamente da qualificação de seus atores. A oferta de capacitação técnica deve contemplar desde condutores locais até gestores públicos e privados.

Ações propostas:

- ◀ Implementação de uma **Rede Nacional de Capacitação em Turismo de Observação de Aves**, com módulos teóricos e práticos realizados em parceria com universidades, institutos federais, SESC, SENAC, SEBRAE e ONGs especializadas.
- ◀ **Categoria específica no Cadastur**: "Guia de Turismo Especializado em Observação de Aves" + certificação e reconhecimento de saberes tradicionais.
- ◀ Criação de **programas de certificação e credenciamento** de guias e condutores especializados de forma segmentada, assegurando qualidade e segurança na experiência turística.
- ◀ **Formação continuada de gestores** públicos e técnicos municipais/estaduais, com foco em estratégias de estruturação, formatação e promoção de destinos.
- ◀ Apoio à **inclusão de conteúdos sobre turismo de natureza e observação de aves em cursos** técnicos, superiores e de extensão.
- ◀ Desenvolvimento de **programas de capacitação voltados à ciência cidadã e uso de tecnologias** de registro de biodiversidade, como o iNaturalist e outras plataformas digitais, incentivando que observadores de aves ampliem seu escopo de registros para outros organismos (flora, insetos, répteis, etc.), fortalecendo o banco de dados nacional sobre biodiversidade.

EIXO 3

Estruturação de Destinos e Formatação de Experiências

A formatação de experiências de turismo de observação de aves deve priorizar a diversidade biogeográfica brasileira, estimulando novas rotas e fortalecendo regiões turísticas com potencial ainda subaproveitado neste setor.

As principais frentes incluem:

- ◀ **Apoio à construção ou adequação** em Unidades de Conservação e RPPNs, com instalação de mirantes, trilhas interpretativas, sinalização e centros de visitantes com planos de uso e manutenção para evitar inoperância.
- ◀ **Realização de projetos e programas específicos na Amazônia**, bioma que ocupa quase metade do território brasileiro, mas ainda apresenta baixa representatividade em eventos, roteiros e produtos relacionados à observação de aves.
- ◀ Desenvolvimento de estratégias específicas para **fomentar eventos, roteiros e capacitação local**, reduzindo a desigualdade territorial na oferta de experiências.
- ◀ Desenvolvimento de **roteiros integrados e circuitos regionais** que conectem atrativos, hospedagens, operadoras e comunidades locais.
- ◀ **Inclusão produtiva de comunidades** do entorno de áreas naturais, fomentando a economia local e a geração de renda (artesanato, fotografia, gastronomia, produtos com espécies-emblema).
- ◀ Criação de **padrões de qualidade** para empreendimentos e destinos que atuem de forma ética, inclusiva e responsável.
- ◀ Difusão, no âmbito do Programa de Regionalização de Turismo, **diretrizes específicas para formatação de produtos** e experiências de Turismo de Observação de Aves, organizadas por biomas.

EIXO 4

Comunicação, Educação e Sensibilização

A valorização da observação de aves como instrumento de conservação e desenvolvimento depende de campanhas integradas de comunicação e de estratégias de engajamento da sociedade.

As ações prioritárias são:

- ◀ Lançamento de uma **campanha nacional de valorização do Turismo de Observação de Aves**, destacando seus benefícios ambientais, sociais e econômicos.
- ◀ **Criação de materiais educativos e campanhas de ciência cidadã**, estimulando escolas, famílias e turistas a se engajarem na observação responsável e no registro de biodiversidade em plataformas abertas.
- ◀ Desenvolvimento de uma **plataforma digital unificada**, reunindo informações sobre destinos, eventos, dados científicos, boas práticas e oportunidades de formação.
- ◀ Incentivo à **produção de conteúdo audiovisual e editorial que promova as aves** e seus habitats como ativos de identidade nacional e sustentabilidade.
- ◀ **Engajamento de observadores e influenciadores** para ampliar o alcance de campanhas e divulgar o papel da observação de aves na conservação de ecossistemas.

EIXO 5

Monitoramento, Dados e Fomento à Pesquisa

A valorização da observação de aves como instrumento de conservação e desenvolvimento depende de campanhas integradas de comunicação e de estratégias de engajamento da sociedade.

Propõem-se as seguintes ações:

- ◀ Implementação de um **Observatório Nacional do Turismo de Observação de Aves**, em parceria com universidades, órgãos federais, instituições de pesquisa e sociedade civil.
- ◀ **Criação de indicadores socioeconômicos, ambientais e culturais** capazes de orientar políticas e investimentos futuros.
- ◀ **Apoio à pesquisa científica aplicada**, incluindo a valoração de serviços ecossistêmicos e o monitoramento de impactos sociais, econômicos e ecológicos.
- ◀ Estabelecimento de **bases integradas de dados entre MTur, MMA, ICMBio, Embratur e IBGE**, articuladas com plataformas de ciência cidadã e bancos de dados internacionais.
- ◀ **Promoção de eventos** técnicos e científicos periódicos para avaliação dos avanços, intercâmbio de metodologias e fortalecimento da comunidade de pesquisa sobre o tema.
- ◀ Criação do **Calendário Nacional de Observação de Aves**, hospedado no portal do Ministério do Turismo, na aba do futuro Observatório Nacional do Turismo de Observação de Aves.
- ◀ **Revisão e reavaliação periódica deste Diagnóstico do Turismo de Observação de Aves**, contendo indicadores de avanço, ações sensíveis e demandas não contempladas neste documento e surgidas durante a execução das recomendações.

EIXO 6

Fomento e Incentivos

O desenvolvimento do setor requer mecanismos financeiros contínuos e acessíveis que assegurem a sustentabilidade das iniciativas e a competitividade do turismo de observação de aves frente a atividades de maior impacto ambiental. Este eixo propõe editais anuais, linhas de crédito verde e incentivos fiscais voltados à infraestrutura leve, capacitação, promoção e inovação, priorizando pequenos municípios, cooperativas e empreendimentos de base comunitária, em articulação com o SEBRAE, SENAC, SESC e demais parceiros institucionais.

Editais anuais: (i) infraestrutura leve (observatórios, sinalização, centros de visitantes); (ii) capacitação e certificação profissional; (iii) promoção, eventos e campanhas; (iv) dados, inovação tecnológica e pesquisa aplicada.

Crédito verde e benefícios fiscais para empreendimentos aderentes à conservação (equipamentos ópticos, transporte, adequações ambientais, hospedagens sustentáveis).

SEBRAE e Sistema S: apoio técnico e microcrédito a **cooperativas de guias, condutores e empreendedores locais**, com foco em aquisição de equipamentos (binóculos, fotografia, mobilidade) e estruturação de produtos turísticos de base comunitária.

Incentivos financeiros a proprietários rurais que mantenham **populações viáveis de espécies sensíveis**, valorizando a conservação como **uso produtivo da terra** e promovendo a inclusão da observação de aves como atividade econômica reconhecida em políticas de desenvolvimento e reforma agrária.

Acesso e logística regional: por exemplo, ampliação e adequação de voos para e de Manaus e outros polos estratégicos de biodiversidade, com horários acessíveis e tarifas competitivas, fortalecendo o turismo sustentável e a conectividade entre biomas.

Revisão de subsídios e incentivos destrutivos: reorientar políticas de fomento e crédito rural para desestimular atividades de alto impacto ambiental e **premiar práticas conservacionistas**, estimulando o equilíbrio econômico entre conservação e desenvolvimento.

5.2 Cronogramas

O cronograma a seguir apresenta uma proposta orientadora de implementação das ações estratégicas delineadas neste Plano de Ação. Ele foi construído com base nos resultados desse diagnóstico refletindo as prioridades identificadas pelos diferentes segmentos consultados, poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade de observadores de aves.

Trata-se, portanto, de uma sugestão de referência temporal, cuja execução poderá variar conforme as condições orçamentárias, institucionais e regionais. O objetivo é oferecer uma visão prática e escalonada das etapas necessárias à consolidação do Turismo de Observação de Aves como política pública nacional.

As ações estão organizadas em três horizontes de tempo: curto, médio e longo prazo, conforme sua complexidade, necessidade de articulação entre entes federativos e nível de maturidade requerido para execução. Essa estrutura visa orientar gestores públicos e parceiros institucionais sobre os caminhos possíveis para transformar os achados deste diagnóstico em resultados concretos.

Prazo	Ação Prioritária	Eixo	Responsáveis Principais
Curto prazo (0 -1 ano)	Criação de um Comitê Interinstitucional de Governança do TOAves	Eixo 1	MTur, MMA, ICMBio, SEBRAE, TOVS, Brasil Silvestre
	Criação do grupo interministerial e elaboração da minuta do Programa Nacional de Turismo de Observação de Aves	Eixo 1	MTur, MMA, ICMBio, SEBRAE, TOVS, Brasil Silvestre
	Lançamento de campanha nacional e plataforma digital unificada	Eixo 4	MTur, Embratur, SESC, SENAC

Prazo	Ação Prioritária	Eixo	Responsáveis Principais
Médio prazo (1 - 3 anos)	Implantação da Rede Nacional de Capacitação e Certificação de Condutores	Eixo 2	MTur, Embratur, SESC, SENAC
	Estruturação de destinos-piloto, com prioridade para a Amazônia e biomas sub-representados	Eixo 3	Secretarias estaduais e municipais, SEBRAE, IFs, ONGs, universidades.
	Consolidação de parcerias para a coleta e integração de dados	Eixo 4	MTur, Embratur, IBGE, universidades
Longo prazo (3 - 5 anos)	Implantação do Observatório Nacional e expansão da rede de destinos certificados	Eixos 3 e 5	MTur, MMA, Embratur, Instituições de Pesquisa
	Avaliação de impactos e revisão do Plano de Ação	Todos	Comitê Interinstitucional de Governança
	Reavaliação periódica deste Diagnóstico do Turismo de Observação de Aves	Todos	Comitê Interinstitucional de Governança

A implementação deste cronograma deverá ser acompanhada por um mecanismo permanente de monitoramento e avaliação, coordenado por um Comitê Interinstitucional de Governança com representação dos principais atores do setor. Recomenda-se que o plano seja revisado a cada dois anos, à luz dos indicadores de desempenho, resultados alcançados e novas demandas regionais.

Essa revisão periódica permitirá ajustes nas metas, atualização das prioridades e fortalecimento das parcerias, garantindo que o Turismo de Observação de Aves mantenha sua trajetória de crescimento sustentável, com base na ciência, na inclusão social e na conservação da biodiversidade brasileira.



Maçarico-branco
(Calidris alba)
© Tatiane Xavier

5.3 Atores-chave

Foram **2640 respostas** no formulário para o Diagnóstico Nacional sobre o Turismo de Observação de Aves no Brasil. Engajamento muito importante da comunidade de observadores de aves do país que apoiaram o fortalecimento de políticas públicas, o estímulo a redes de colaboração e a valorização das boas práticas do setor em todo o território brasileiro. Destas respostas, 1033 foram de turistas (observadores de aves), 403 de guias e condutores, 108 de agências de turismo, 314 hospedagens e atrativos turísticos, 172 Organizações da Sociedade Civil, Clubes de Observadores, Associações e Coletivos, 283 Governos, Secretarias e demais instituições públicas, 86 Gestores de Unidades de Conservação e RPPNs, 70 Festivais, Congressos, Encontros (ex. Vem Passarinhos) e demais eventos e Comércio de produtos e serviços ligados ao turismo de observação de aves.

Base de Dados

2640	respostas
1033	turistas
403	guias e condutores
314	hospedagens e atrativos
314	associações e coletivos
283	governos
86	gestores
70	eventos e comércios



Anexos

Tem-farinha-ai
(Myrmorchilus strigilatus)
©Olívia Suzuki

1. Linha do tempo do Turismo de Observação de Aves no Brasil

Para orientar a leitura da Linha do Tempo do Turismo de Observação de Aves no Brasil, este anexo reúne marcos legais, institucionais, científicos e socioculturais que, desde os anos 1960, estruturam a prática no país. O encadeamento cronológico permite visualizar a passagem do hobby de nicho à política pública e ao mercado especializado: símbolos oficiais e datas comemorativas, surgimento de clubes e eventos, consolidação de guias e plataformas de ciência cidadã, além de normas que ordenam a visitação. Ao destacar avanços e descontinuidades, a linha do tempo evidencia como iniciativas locais ganharam escala nacional, quais atores foram decisivos em cada período e onde persistem lacunas para infraestrutura, capacitação e governança. Assim, o anexo funciona como base de referência para análise histórica, comparação entre estados e identificação de oportunidades de políticas e investimentos para os próximos ciclos.

1966 – **Sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*)** é declarado ave-símbolo oficial do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 46.797 de 22 de setembro.

1968 – Decreto Federal nº 63.234 oficializa, em todo o território nacional, o **5 de outubro como “Dia da Ave”**.

1970 – **William Belton** inicia a difusão da prática de observação no Rio Grande do Sul, organizando cursos e palestras.

1972 – **Primeiro Curso de Ornitologia de Campo e Observação de Aves** realizado pela Unisinos em Osório (RS).

1974 – **Fundação do primeiro Clube de Observadores de Aves (COA)** em Triunfo (RS), marco inicial da organização formal da atividade no país.

1980 – Lançado “**O Charão**”, primeiro boletim informativo do Clube de Observadores de Aves.

1980 – O quero-quero (*Vanellus chilensis*) é declarado **ave-símbolo do Rio Grande do Sul**.

1981 – Lançada a segunda edição de “**Aves brasileiras**” de **Johan Dalgas Frisch**, primeiro guia de campo voltado a observadores.

1982 – Fundação do núcleo **COA/PR**, primeiro núcleo regional do Clube de Observadores de Aves.

1982 – Criação dos núcleos **COA-SC** e **COA-MG**.

1982 – Lançado “**Aves silvestres do Rio Grande do Sul**” de William Belton, primeiro pocket book brasileiro sobre aves.

1982 – Realização do **Primeiro Encontro de Observadores Amadores de Aves** (Taim/RS), origem do ENOA.

1982 – Criação da **Boute Expeditions**, primeira agência brasileira dedicada à observação de aves.

1983 – Criação do núcleo **COA-DF**, no Distrito Federal.

1984 – A **gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*)** torna-se ave-símbolo do Paraná.

1984 – O **beija-flor** é oficializado como ave-símbolo do Espírito Santo.

1984 – Criação do **COA-Nacional**, centralizando os núcleos regionais.

1984 – **Fundação do Centro de Estudos Ornitológicos (CEO)** e do núcleo **COA-SP**.

1984 – Lançada a **revista Atualidades Ornitológicas**, com 218 edições publicadas até 2021.

1984 – **Fundação da Sociedade Brasileira de Ornitologia (SBO)**, formalizada em 1991.

1985 – Criação dos **núcleos regionais** do COA no **Rio de Janeiro e Bahia**, expandindo a rede para o Nordeste.

1985 – Lançado “**Ornitologia brasileira: uma introdução**” de Helmut Sick.

1986 – **Fundação do Observadores de Aves de Pernambuco (OAP)**, referência regional.

1986 – Realização do **I Encontro Nacional de Delegados do COA**.

1987 – O **COA nacional** atinge **800 associados**.

1990 – Lançamento da **revista Ararajuba**, primeiro periódico científico de Ornitologia no Brasil.

1990 – Expansão de **clubes, cursos e oficinas de identificação** em vários estados.

- 1994** – A **Embratur publica as “Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo**, incluindo recomendações para observação de aves.
- 1995** – Nigel Wheatley publica “**Where to watch birds in South America**”, listando **29 localidades brasileiras**.
- 1996** – Criado o **primeiro site brasileiro de Ornitologia: Atualidades Ornitológicas** (www.ao.com.br).
- 1997** – A **arara-canindé (Ara ararauna)** é oficializada como ave-símbolo do Tocantins.
- 1998** – Lançado “**Todas as aves do Brasil**” de Deodato Souza, primeiro guia a contemplar todas as espécies brasileiras.
- 1999** – Criado o **Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO)**, responsável pela lista oficial de aves do Brasil.
- 2000** – Fortalecimento de **clubes, ONGs e projetos regionais**, ampliando a visibilidade da prática.
- 2001** – Criada a **lista de discussão Ornitobr**, precursora da comunidade *BirdwatchingBR*.
- 2002** – Decreto Federal nº 9.675 reconhece o **sabiá-laranjeira como ave nacional** e confirma o **5 de outubro como Dia da Ave**.
- 2006** – Realização do **primeiro Avistar Brasil**, em São Paulo, hoje o maior evento de observação de aves da América Latina.
- 2006** – Publicado o **Cadastro Brasileiro de Guias de Observação de Aves**.
- 2007** – Publicação do **primeiro artigo científico sobre o Turismo de Observação de Aves no Brasil**, por Tietta Pivatto e José Sabino.
- 2007** – O **Plano Nacional de Turismo** passa a incluir a **observação de aves como segmento estratégico**.
- 2008** – Lançamento do **WikiAves**, maior banco de dados ornitológicos do país.
- 2008** – Instalada a **primeira câmera ao vivo de aves no Brasil** (Live Cam 1) por Luciano Breves em Morretes (PR).
- 2009** - **A Journey Through the Land of Bird**, primeiro material promocional em inglês lançado pela ABETA e EMBRATUR visando atrair turistas estrangeiros praticantes da atividade para o Brasil.

2010 – Publicação de “**Ecoturismo: orientações básicas**” (MTur), que consolida o turismo de observação de aves como política pública.

2010 – Início da atuação do **eBird no Brasil**, ampliando a base global de dados sobre aves.

2011 – O **Centro de Estudos Ornitológicos propõe 28 de abril como o Dia do Observador de Aves**.

2012 – **Criação do movimento “Vem Passarinhár”**, originado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

2012 – Realização do **Primeiro Censo de Observadores de Aves do Brasil**.

2012 – **Avistares Regionais**, descentralizando os eventos pelo país.

2013 – Criação do canal **Planeta Aves (Willian e Jessica Menq)**, maior canal de observação de aves do mundo no YouTube.

2013 – Realização do **primeiro Festival das Aves de Paraty (RJ)**.

2013 - 1º Aviturismo, um horizonte de eventos. Encontro que reune os coordenadores de eventos de Turismo de Observação de Aves do país. Parque do Zizo – SP. 2015 (RJ), 2016 (MG), 2023 (MS) e 2024 (GO) as edições seguintes.

2014–2016 – Expansão de festivais e eventos regionais, consolidando a descentralização da prática.

2016 – Leis estaduais em SP e RJ instituem o Dia Estadual de Observação de Aves.

2016 – Primeira regulamentação estadual da atividade, pela Fundação Florestal de SP.

2017 – Minas Gerais regulamenta a observação de vida silvestre em UCs.

2017 – Mutum-do-nordeste (*Pauxi mitu*) ave-símbolo de Alagoas.

2017 – Primeiro Encontro Ornithos, no Paraná.

2018 – Instrução Normativa ICMBio nº 14 regulamenta a observação de aves em UCs federais, marco legal mais relevante do país.

2019 – O quero-quero é reconhecido como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul.

2020 – O martim-pescador-verde (*Chloroceryle amazona*) é declarado ave-símbolo de Florianópolis.

2021 – Roraima institui o Dia Estadual de Observação de Aves (25 de abril).

2022 – Pernambuco aprova a Política Estadual de Incentivo ao Turismo de Observação de Aves.

2022 – Criada a Rede de Mulheres na Ornitologia e na Observação de Aves (OrnitoMulheres).

2023 – São Paulo lança o “Guia Temático Observação de Vida Silvestre”.

2023 – Mato Grosso do Sul reconhece Campo Grande como Capital do Turismo de Observação de Aves.

2023 – O Projeto INOVAFAUNA (Ceará) publica obras sobre zoneamento, biodiversidade e viabilidade econômica do turismo de observação.

2023 – O Instituto Água e Terra (PR) cria o projeto Passarinhos Paraná e lança e-book sobre aves e UCs estaduais.

2023 – O CEMAVE/ICMBio publica o Código de Ética dos Observadores de Aves.

2024 – O Espírito Santo institui o Dia da Ave e a Semana Estadual de Observação de Aves, com a saíra-apunhalada (*Nemosia rourei*) como espécie-símbolo.

2024 – Embratur lança o e-book “Tudo sobre Observação de Aves”, guia oficial para promoção internacional.

2024 – Publicado o “Manual de Aviturismo” para RPPNs de Mato Grosso do Sul.

2024 - Aviturismo, um horizonte de eventos. Encontro que reune os coordenadores de eventos de Turismo de Observação de Aves do Brasil. Cavalcante, GO.

2024 - Apresentação oficial da comunidade de Turismo de Observação de Aves, para o governo federal, através do Ministério do Turismo. Carta de Cavalcante - Anais do Workshop Aviturismo - Um Horizonte de Eventos.

2025 – A arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*) é oficializada como ave-símbolo do Mato Grosso do Sul.

2025 – O Avistar Brasil atinge recorde de público (15 mil pessoas), consolidando o Brasil como potência mundial na observação de aves.

2. Programas, projetos e políticas públicas de apoio ao turismo de observação de aves

Programas e projetos

A lista reúne programas e projetos de diferentes organizações, nas esferas nacional, estadual e municipal, que promovem a observação de aves, articulando conservação ambiental, educação, capacitação, ciência cidadã e desenvolvimento socioeconômico. Essas iniciativas fortalecem a valorização da biodiversidade e apoiam práticas de ecoturismo e educação ambiental, beneficiando tanto comunidades locais quanto o público em geral.

Clique nos ícones  para ser redirecionado

Programa Natureza com as Pessoas - ICMBio



Atividade voltada ao fomento da visitação nas Unidades de Conservação federais, como estratégia de engajamento da sociedade na conservação da natureza e da cultura nessas unidades e seus entornos, bem como a geração de benefícios nos âmbitos local, regional e nacional.

Programa Aventura Natural - Sebrae



Iniciativa que conta com o apoio da Embratur, oferecendo capacitação e consultoria para micro e pequenas empresas de turismo de aventura. Embora o foco principal seja a segurança e a gestão de riscos, o programa também promove práticas sustentáveis que podem ser aplicadas em atividades de ecoturismo.

Programa Caminhos da Biodiversidade - IBAMA



O programa tem como objetivo estimular e valorizar o turismo de observação da vida selvagem gerando renda para as comunidades locais, por meio de apoio ao combate ao tráfico de animais, colaborações para o mapeamento de áreas prioritárias, apoiando a elaboração de planos de conservação, promovendo parcerias e valorizando iniciativas comunitárias locais e sustentáveis.

Projeto INOVAFAUNA do Programa Cientista Chefe em Meio Ambiente - SEMA - CE



O INOVAFAUNA é um projeto desenvolvido pelo Programa Cientista Chefe em Meio Ambiente do estado do Ceará que busca soluções de problemas na área ambiental, apoiando pesquisadores no estado, e abre mercado para novos produtos e trabalhos, articulando ações com o setor produtivo, instituições governamentais, grupos de pesquisa em universidades públicas, privadas e demais entidades interessadas na temática ambiental. O projeto possui o subprojeto 3 denominado INOVAFAUNA: "Birdwatching no Ceará: a fauna que gera renda", onde há a publicação de obras sobre zoneamento, biodiversidade e viabilidade econômica do turismo de observação de aves no estado.

Programa de Inovação da Oferta Turística Sul-Mato-Grossense - Trilhar MS

Apoio ao desenvolvimento de novos roteiros e produtos turísticos, por meio de ações de qualificação, consultorias e descentralização de recursos financeiros para acesso ao mercado. O programa focaliza os diversos segmentos do ramo, como cicloturismo, *birdwatching*, ecoturismo, turismo de aventura, histórico-cultural, dentre outros.



Programa de Observação de Aves de Teresópolis - RJ

Estimula a observação de aves no município de Teresópolis, de modo a unir com essa atividade, os diversos aspectos da biodiversidade e sua conservação, o turismo e a geração de renda para a população local.



Programa Observação de Aves de Rifaina - SP

O programa tem como objetivo desenvolver políticas públicas municipais de atividades de educação ambiental e incentivar a prática do turismo ecológico, além de contribuir com a pesquisa científica, conservação dos ambientes naturais e proteção da biodiversidade dentro da agenda da sustentabilidade.



Programa Turismo Sustentável – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Busca fomentar o turismo sustentável em áreas protegidas, apoiando a elaboração de políticas públicas, capacitação de gestores e uso público nas unidades de conservação. Suas ações contribuem para a valorização da biodiversidade e práticas sustentáveis no ecoturismo, atuando indiretamente no desenvolvimento do turismo de observação de vida silvestre.

Programa Araguaia Vivo 2030 - Aliança Tropical de Pesquisa da Água (TWRA)



Apoiada financeiramente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, visa à promoção da conservação dos recursos naturais do Rio Araguaia e garantir a sustentabilidade da região. Entre suas ações, destaca-se o desenvolvimento do turismo ecológico voltado à observação de aves, utilizando essa prática como ferramenta de educação ambiental e valorização da biodiversidade local.

Projeto GeoAves da Universidade de Brasília - DF

O projeto tem como principais objetivos diagnosticar as características socioambientais, geológicas e da avifauna das trilhas de Terra Ronca, mapeando os atrativos turísticos, consolidando rotas e trilhas, e oferecendo informações de qualidade sobre aspectos geológicos e biológicos, com ênfase na avifauna local.

Projeto Passarinhar Paraná - PR - Instituto Água e Terra



Promove e organiza eventos de observação de aves em Unidades de Conservação estaduais abertas à visitação, conforme cronograma pré-estabelecido. Além da observação, inclui a produção de materiais educativos sobre a avifauna paranaense, com o objetivo de fomentar a visitação pública, apoiar pesquisas, incentivar o turismo ecológico e desenvolver a ciência-cidadã, contribuindo para a proteção e conservação das espécies e valorizando o turismo nas áreas protegidas sob tutela do estado.

Projeto de Extensão “Bora Passarinhar: Fortalecendo o turismo de base comunitária no baixo Tapajós” - Universidade Federal do Oeste do Pará - PA



Promove oficinas de capacitação em técnicas, potenciais e oportunidades de observação de aves na natureza. A atividade tem como público-alvo, guias e condutores de turismo, além de outros profissionais que atuam no turismo de natureza.

Projeto Passarinhando na UFPB - Universidade Federal da Paraíba - PB



Projeto de extensão que oferece a alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, uma abordagem prática e dinâmica para aprendizado de conteúdos de ecologia e zoologia. O projeto “Passarinhando na UFPB” promove, para os alunos, atividades como oficinas e prática da observação de pássaros nas áreas de mata do Campus I da UFPB e outras áreas verdes da cidade.



Projeto de Extensão Universitária da UNESP Botucatu - Passarinhando

Tem a finalidade de conectar e reconectar as pessoas com a Natureza por meio de ações educativas socioambientais, despertando interesse por ações de preservação e bem-estar animal utilizando-se de espaços formais e não-formais de aprendizagem, por meio da observação de aves livres em seu habitat natural.

Projeto de Extensão “Asas das Vertentes: Observação de Aves como Ferramenta de Educação Ambiental e Conservação no Centro-Oeste Mineiro” - IF Sudeste MG

Projeto focado na educação ambiental e conservação por meio da observação de aves no Centro-Oeste Mineiro. A atividade de observação de aves é utilizada para promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade local, buscando conscientizar sobre a importância da sua conservação na região.

Projeto "Observação de aves na Chapada dos Veadeiros - UnB

Realiza atividades voltadas ao desenvolvimento regional, por meio de oficinas sobre o turismo de observação de aves para comunidades tradicionais, quilombolas e proprietários de atrativos e empreendimentos comerciais. Além disso, realiza cursos de capacitação de condutores de turismo, produção de material de capacitação e colaboração em cursos de formação de guias de turismo.

Projeto de observação de aves nas UCs de Guapimirim - RJ

Oferece oficinas de formação de guias e apoio ao fortalecimento de economias locais, direcionadas às Unidades de Conservação municipais, abrangendo através de hospedagem e alimentação do território, o público em geral, escolas e moradores do entorno.

Projeto Revoada das Aves - São José do Rio Claro, Mato Grosso

Iniciativa de promoção à observação de aves e o ecoturismo em geral, no município de São José do Rio Claro, Mato Grosso, buscando contribuir para o desenvolvimento dessas atividades, valorizando a biodiversidade e promovendo a educação ambiental entre os jovens da comunidade.



Projeto Passarinhada Moçota - Caçapava - SP

Atividade de observação de aves realizada periodicamente no Parque Ecológico da Moçota, aberta à comunidade, visitantes e observadores de diferentes níveis de experiência. A proposta é incentivar a prática como atividade de lazer, ciência cidadã e educação ambiental, promovendo o contato direto com a biodiversidade local e fortalecendo o vínculo da população com o parque e seus ecossistemas.

Políticas públicas

A lista reúne políticas públicas que orientam, estruturam e fortalecem, de forma direta ou indireta, o turismo de observação de aves, promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável dos destinos.

Instrumentos Legais

As normas listadas apresentam efeitos diretos e indiretos no turismo de observação de aves, criando condições necessárias para que a prática se desenvolva de forma estruturada e sustentável.

Normativas Federais

Instrumento	Ano	Descrição
Decreto Federal n° 9.675	2002	<p>Art. 1º - O "Dia da Ave", instituído pelo Decreto no 63.234, de 12 de setembro de 1968, será comemorado no dia 5 de outubro de cada ano.</p> <p>Art. 2º - O centro de interesse para as festividades do "Dia da Ave" será o Sabiá (<i>Turdus Rufiventris</i>), como símbolo representativo da fauna ornitológica brasileira e considerada popularmente Ave Nacional do Brasil.</p>

Instrumento	Ano	Descrição
Instrução Normativa ICMBio nº 14	2018	Ementa: Dispõe sobre os procedimentos para realização da atividade de observação de aves nas unidades de conservação federais . Processo nº 02070.002486/2018-50.
Portaria IBAMA nº 125	2025	Ementa: Institui o Programa Nacional de Observação de Vida Silvestre de Base Comunitária - Programa Caminhos da Biodiversidade.

Normativas Estaduais

Instrumento	Ano	Descrição
Lei Estadual nº 7957 (PR)	1984	Art. 2º - São símbolos do Município a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas, a Ave Cyanocorax Caeruleus (Gralha Azul) e outros a serem estabelecidos em Lei.
Lei Estadual nº 16.108 (SP)	2016	Ementa: Institui o “Dia Estadual de Observação de Aves” no Estado de São Paulo a ser comemorado anualmente no quarto domingo de outubro.
Lei Estadual nº 7475 (RJ)	2016	Ementa: Institui o “Dia Estadual de Observação de Aves” no Estado do Rio de Janeiro a ser comemorado anualmente no dia 23 de Setembro.
Portaria Normativa Estadual FF/DE nº 236 (SP)	2016	Ementa: Dispõe sobre procedimentos para realização da atividade de Observação de Aves nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal.
Portaria Estadual IEF nº 119(MG)	2017	Ementa: Dispõe sobre a regulamentação da prática de observação de vida silvestre nas Unidades de Conservação administradas pelo IEF.

Instrumento	Ano	Descrição
Portaria Estadual SVMA nº 29 (SP)	2019	Ementa: Regulamenta e estabelece procedimentos para a prática de observação de vida silvestre nos Parques Municipais Urbanos e Unidades de Conservação (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente).
Lei Estadual nº 15.363 (RS)	2019	<p>Capítulo VIII dos animais-símbolos e do patrimônio cultural</p> <p>Parágrafo único. São declarados como bens integrantes do patrimônio cultural do Estado, por constituírem patrimônio natural, portadores de referência à identidade, à ação e à memória da sociedade rio-grandense, os seguintes animais:</p> <p>I - a ave "Belonopterus Cayennensis", predominante nos campos gaúchos e popularmente conhecida como "Quero-Quero".</p>
Lei Estadual nº 1588 (RR)	2021	Ementa: Institui o "Dia Estadual de Observação de Aves" no Estado de Roraima a ser comemorado anualmente no dia 25 de abril.
Lei Estadual nº 11.264 (ES)	2021	Ementa: Acrescenta o item ao Anexo Único da Lei nº 11.212, de 29 de outubro de 2020, instituindo o Dia Estadual da Observação de Aves no estado do Espírito Santo .
Lei Estadual nº 17.887 (PE)	2022	Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Turismo de Observação de Aves no âmbito do Estado de Pernambuco .
Portaria Estadual nº 244 (PR)	2023	Parágrafo único. O Projeto Passarinhos Paraná tem como objetivo principal o fomento à visitação pública com fins educativos, o apoio a pesquisa científica, o incentivo ao turismo ecológico, protagonismo social e o desenvolvimento da ciência-cidadã, como estratégia de proteção e conservação das espécies de aves encontradas no Estado do Paraná.

Instrumento	Ano	Descrição
Lei Estadual nº 12.090 (ES)	2024	Ementa: Acrescenta o item ao Anexo Único da Lei nº 11.212, de 29 de outubro de 2020, instituindo o Dia da Ave, dedicado à proteção da Saíra-apunhalada e cria a Semana Estadual de Observação de Aves no estado do Espírito Santo , na forma que especifica.
Lei Estadual nº 6.432 (MS)	2025	Ementa: Institui a Arara-azul (<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i>) como ave símbolo do Estado de Mato Grosso do Sul , e dá outras providências.
Lei Estadual nº 6.432 (MS)	2025	Ementa: Institui o Tuiuiú (<i>Jabiru mycteria</i>) como ave símbolo do Pantanal Sul-Mato-Grossense e dá outras providências.

Normativas Municipais

Instrumento	Ano	Descrição
Lei Municipal nº 636	2005	Ementa: Institui como Ave-Símbolo do Município de São José dos Ausentes/RS a "Curicaca", <i>Theristicus Caudatus</i> .
Lei Municipal nº 3902	2009	Ementa: Dispõe sobre a instituição do Dia Municipal das Aves e declara a Saíra-de-sete-cores (<i>Tangara seledon</i>) como ave símbolo do Município de Indaial/SC e dá outras providências.
Lei Municipal nº 3296	2009	Ementa: Dispõe sobre a instituição do Dia Municipal das Aves e Declara a Saíra-Militar como ave símbolo ambiental e o Marreco como ave símbolo da cultura gastronômica do Município de Brusque (SC) e dá outras providências.
Lei Municipal nº 3448	2009	Art. 1º - Fica instituído como ave símbolo do município de Campo Bom, o pássaro "joão-de-barro", da espécie <i>Furnarius rufus</i> .

Instrumento	Ano	Descrição
Lei Orgânica do Município de Gramado (RS)	2009	Art. 156º - A Considera-se como ave símbolo do Município de Gramado o "Papagaio Charão" e, como flor símbolo a "Hortênsia".
Lei Municipal nº 13.544	2010	Ementa: Declara o " grimpeiro " ave-símbolo de Curitiba.
Lei Municipal nº 2522	2011	Ementa: Institui o Dia Municipal das Aves e Declara o Bem-te-vi como a Ave Símbolo do Município de Timbó (SC) .
Lei Municipal nº 4.185	2013	Ementa: Institui o " pedreiro " como ave símbolo do município de São Joaquim, SC e revoga a lei municipal nº 2798/2007.
Lei Municipal nº 1.631	2014	Ementa: Institui a gralha azul como ave símbolo do município de Fontoura Xavier, RS e dá outras providências.
Lei Municipal nº 1.823	2018	<p>Art. 1º - Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Rifaina-SP o "Dia Municipal das Aves", a ser realizado anualmente na data do dia 05 de outubro.</p> <p>Art. 2º - Fica o Canário da Terra (Sicalis flaveola) como sendo a "Ave Símbolo" do Município de Rifaina.</p> <p>Art. 3º - A Observação de Aves ou <i>Birdwatching</i> fica instituída no município como ferramenta da educação ambiental e produto do turismo ecológico.</p>
Lei Ordinária Municipal nº 4329	2019	Ementa: Reconhece a ave da espécie Dacnis cayana (saíra-bico-fino/saíra-azul) como Ave Símbolo de Balneário Camboriú/SC .

Instrumento	Ano	Descrição
Lei Municipal nº 2726	2019	<p>Art. 12º - Ficam definidas as seguintes ações estruturantes necessárias para a efetivação das estratégias referentes à política e gestão pública que deverão ser implantadas até o ano de 2022:</p> <p>VI - Mapear pontos de concentração de aves, nos territórios do Parque Estadual e Parque Natural Municipal, e implantar estrutura de observação de aves (torres, esconderijos, etc);</p> <p>VIX - Criar "Guia de Aves de Santo Amaro da Imperatriz", onde o turista possa ver os pássaros existentes no município, característica, época de avistagem, etc., e possa ainda registrar quais pássaros ele observou e em qual data.</p>
Lei Municipal nº 3.810	2020	Ementa: Institui o dia municipal de observação de aves "birdwatching" no município de Peruíbe .
Lei Municipal nº 10.717	2020	<p>Art. 2º - Ficam instituídas as seguintes espécies como símbolos do município de Florianópolis:</p> <p>II - ave-símbolo: martim-pescador-verde Chloroceryle amazona (Alcedinidae).</p>
Lei Ordinária Municipal nº 903	2022	Ementa: Reconhece a ave da espécie Ramphocelus bresilius (tiê-sangue) como ave símbolo do município de Balneário Piçarras/SC .
Lei Municipal nº 10.880	2023	Ementa: Reconhece o município de Campo Grande como a Capital do Turismo de Observação de Aves e institui o Dia Municipal de Observação de Aves , a ser celebrado anualmente no dia 28 de abril.

Instrumento	Ano	Descrição
Lei Municipal nº 4492	2023	Ementa: Institui no Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP, a "Semana Municipal de Fomento à Observação de Aves" no calendário oficial de eventos, educativo-culturais.
Lei Municipal nº 3198	2023	Ementa: Dispõe sobre a Ave Símbolo do Município de Orleans/SC, a Saíra-sete-cores (<i>Tangara seledon</i>) .
Lei Municipal nº 9.676	2025	Art. 1º - Fica instituída como ave símbolo do Município de Blumenau a espécie denominada Aracuã-escamoso, cientificamente conhecida como <i>Ortalis Squamata</i> .
Lei Municipal nº 9.891	2025	Ementa: Institui a ave Beija-flor-tesoura, símbolo do Município de Joinville, SC .

Planos e Estratégias:

A lista reúne planos e políticas nas diferentes esferas de governo que orientam o turismo sob a ótica da sustentabilidade, com destaque para o ecoturismo, no qual a observação de aves pode se inserir.

Planos e Estratégias Federais:

Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031 (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2020)

Define a visão de longo prazo do governo em cinco eixos (econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social), buscando crescimento sustentável e redução das desigualdades. Inclui o turismo como estratégia de valorização do patrimônio cultural e natural, promoção de destinos e produtos turísticos e incentivo a atividades sustentáveis ligadas à biodiversidade.

Plano Nacional de Turismo 2024-2027: O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo (Ministério do Turismo, 2024)

Orienta as ações governamentais e o uso de recursos públicos para o desenvolvimento do setor, incluindo investimentos na promoção de destinos e produtos turísticos, como o ecoturismo, com base na sustentabilidade e alinhado à Agenda 2030 da ONU, utilizando gestão inteligente, dados confiáveis e boas práticas internacionais.

Plano Brasis – Plano Internacional de Marketing Turístico 2025-2027 (Embratur, 2025)

Apresenta estratégia de promoção turística do Brasil no exterior, contemplando segmentos como o ecoturismo e nichos específicos, entre eles a observação de vida silvestre.

Planos e Estratégias Estaduais:

Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Rio Grande do Norte/PDIT-RN (Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte, 2002)

Contém a descrição das áreas de planejamento, apresentam estudos da dinâmica socioeconômica dos principais polos turísticos da região, os aspectos ambientais, institucionais, infraestrutura, oferta e demanda turística, atrações, os produtos e gastos turísticos, emprego, setor privado, investimentos do setor privado além dos pontos fortes e fracos, riscos e oportunidades, sendo o ecoturismo um dos segmentos citados com potencial para serem desenvolvidos e fortalecidos. Além disso, apresentam planos de ação contendo as propostas a serem contempladas.

Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável/PDIT-BA (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia)

Planejam o turismo de forma sustentável nos principais polos turísticos do estado, incluindo a Chapada Diamantina, definindo ações e prioridades por meio de construção coletiva, além de infraestrutura, novos atrativos, capacitação, preservação ambiental e marketing, servindo também como base para captação de recursos junto a governos e organismos internacionais.

Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável/PDIT-BA (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia)

Planejam o turismo de forma sustentável nos principais polos turísticos do estado, incluindo a Chapada Diamantina, definindo ações e prioridades por meio de construção coletiva, além de infraestrutura, novos atrativos, capacitação, preservação ambiental e marketing, servindo também como base para captação de recursos junto a governos e organismos internacionais.

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Região das Serras Gaúcha e Catarinense (Ministério do Turismo, 2015)

Objetiva estruturar e orientar o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, competitiva e alinhada às potencialidades locais, por meio da mobilização de atores, análise da oferta e demanda, definição de posicionamento de mercado e estabelecimento de metas para o crescimento econômico e turístico nas regiões serranas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O plano considera ecoturismo, incluindo a observação de vida selvagem, como segmento estratégico, aproveitando parques, cânions, trilhas e biodiversidade da região, integrando-os a pacotes turísticos, qualificando a infraestrutura, fortalecendo a governança e promovendo marketing especializado.

Plano Estadual do Turismo do Amapá (Secretaria de Estado do Turismo do Amapá, 2020)

Organiza a política estadual de turismo, trazendo diretrizes para fortalecer a atividade de forma sustentável, valorizando os recursos naturais e culturais do estado. O documento aborda o ecoturismo como uma das principais vocações do estado do Amapá, destacando sua conexão com a natureza e a preservação ambiental, sendo a observação de fauna silvestre como parte das atividades.

Estratégia Turística da Bahia 4.0 2020 - 2030: Salto para o futuro (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, 2022)

Consolida diretrizes e ações prioritárias para o desenvolvimento do turismo na Bahia para o período de 2020 a 2030, durante o qual planeja incluir o ecoturismo como um segmento prioritário no âmbito estadual, promovendo o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, integrando visitantes, moradores e meio ambiente, e fomentando experiências de qualidade que valorizem a conservação, a educação ambiental e a inovação nos processos turísticos.

Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável do Turismo do Estado de Roraima - Turismo 2030 (Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 2024)

Reúne diretrizes com o objetivo de tornar Roraima um dos mais importantes destinos turísticos de natureza do Brasil. O plano de projetos estruturantes para o turismo estadual inclui ações voltadas ao ecoturismo e à observação da vida silvestre, especialmente por meio do projeto "Amazônia Vista de Cima", que prevê a construção de torres de observação em áreas estratégicas do estado. Essas torres permitirão a contemplação da floresta amazônica e a observação de aves endêmicas e migrantes, promovendo turismo sustentável e conservação ambiental.

Plano Estratégico Estadual de Turismo de Goiás (Agência Estadual de Turismo - Goiás Turismo, 2024)

Busca atrair investimentos para transformar destinos, gerar emprego e renda de forma sustentável e consolidar Goiás como referência nacional. Entre os segmentos estratégicos, destaca-se o ecoturismo, presente na maioria das regiões já inseridas em contextos turísticos do estado

Plano Diretor do Turismo Verde em Minas Gerais: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Minas Gerais 2024 - 2031 (Secretaria do Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, 2024)

Orienta a administração pública no tocante ao planejamento de políticas turísticas de forma ordenada e sustentável, promovendo o desenvolvimento do setor e reduzindo impactos das mudanças climáticas. Prevê a criação e gestão de catálogos e guias temáticos de produtos turísticos e a estruturação de um programa especial para incentivar o ecoturismo em Minas Gerais.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo (Secretaria de Estado do Turismo, 2025)

Apresenta estratégias e ações para promover o turismo de forma inclusiva e sustentável no estado do Espírito Santo. Também aborda o ecoturismo como um segmento importante para o desenvolvimento turístico do estado, com ações que visam à consolidação do ecoturismo como uma atividade sustentável e atrativa, promovendo a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico local.

Plano Estadual de Turismo do Mato Grosso do Sul - Planejamento 2025 (Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, 2025)

Apresenta os eixos estratégicos que guiam o desenvolvimento do setor no estado. Está estruturado em programas e projetos que buscam tanto a diversificação da oferta turística quanto o fortalecimento da governança, da promoção e da qualificação do destino. Um ponto de destaque é o Programa de Inovação e Diversificação da Oferta – Trilhar MS, que inclui o Projeto de Aviturismo, voltado à observação de aves no Mato Grosso do Sul.

Planos e Estratégias Municipais:

Programa Municipal de Turismo de Itabira - Minas Gerais

Busca consolidar o município como polo de ecoturismo, turismo de aventura e agroturismo, com foco em áreas como a formação geológica da Serra dos Alves (distrito de Ipoema). Embora o programa não mencione explicitamente a observação de fauna, a valorização das cachoeiras e da natureza local sugere oportunidades para atividades de ecoturismo que podem incluir a observação de fauna.

Plano Municipal de Turismo 2017 - 2027 de Campo Grande - MS (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2017)

Destaca a importância do turismo para o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, sendo o ecoturismo considerado um dos segmentos prioritários para o turismo em Campo Grande, mencionando a observação de aves como uma das experiências oferecidas na cidade.

Plano de Desenvolvimento Turístico de Campinas - SP (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social e de Turismo, 2020)

Organiza e direciona, enquanto instrumento de gestão pública participativo e estratégico, as atividades relacionadas com o turismo em Campinas, apoiando políticas públicas, ações empresariais e programas sustentáveis, valorizando a diversidade de atrativos e segmentos turísticos do município. O documento reconhece o *birdwatching* como parte do ecoturismo e do turismo de natureza, e prevê a integração em roteiros estruturados para diferentes públicos e promovendo seu desenvolvimento sustentável dentro da área planejada.

Plano Gestor de Turismo de Ilhabela Volume I e II, 2020 - 2023 (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Turismo, 2020)

Visa à consolidação do município como destino de natureza, destacando ecoturismo e, especialmente, a observação de aves, sendo o município considerado um polo para o *birdwatching* devido à riqueza de espécies, inclusive com eventos como o Festival de Aves de Ilhabela, que reúne saídas de campo, oficinas e palestras.

Plano Municipal de Turismo de Anitápolis (SC) - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável 2023 - 2030 (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, 2022)

Objetiva estruturar e orientar o desenvolvimento do turismo no município, destacando o ecoturismo como segmento prioritário ao aproveitar os atrativos naturais locais e incentivar o turismo de observação da vida selvagem, especialmente a observação de aves.

Plano Diretor de Turismo de Botucatu (SP) - PDT 2023/2026 (Secretaria de Turismo de Botucatu, 2023)

O documento orienta o desenvolvimento sustentável do turismo no município, fortalecendo e ampliando seus segmentos turísticos, preservando aspectos ambientais e socioculturais, e promovendo a colaboração entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. Entre os segmentos estratégicos identificados no inventário turístico da cidade, destaca-se a observação de aves, considerada uma demanda crescente na cidade de Botucatu.

**Plano Municipal de Turismo 2024 - 2029 de São Paulo
(Secretaria do Turismo do Governo do Estado São Paulo,
2024)**

Visa, enquanto instrumento de planejamento estratégico, com participação da sociedade civil e integração intersetorial, à sustentabilidade, inovação, governança e experiência turística de qualidade na cidade de São Paulo. No âmbito do ecoturismo, o plano propõe a valorização de áreas verdes e polos específicos, oferecendo atividades como o *birdwatching*.

**Plano Estratégico do Turismo de Florianópolis - Visão 2033
(Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina, 2025)**

Estabelece prioridades estratégicas, como marketing, desenvolvimento de experiências turísticas, e capacitação do setor, para aumentar a competitividade e atratividade do turismo na região. A natureza e as experiências de contato com a vida selvagem integram as ações propostas, consolidando o ecoturismo como um dos eixos de desenvolvimento.



Referências bibliográficas

AVISTAR BRASIL 2012. **Censo Brasileiro de Observação de Aves**, Resultados Observadores de Aves.

AVISTAR BRASIL 2012. **Censo Brasileiro de Observação de Aves**, Resultados Pousadas e Destinos para observação de aves.

AVISTAR BRASIL 2017. **Censo Brasileiro de Observação de Aves**, Resultados Observadores de Aves.

AVISTAR BRASIL 2023. **Censo Brasileiro de Observação de Aves**, Resultados Observadores de Aves.

AVISTAR BRASIL 2023. **Censo Brasileiro de Observação de Aves**, Resultados Pousadas e Destinos para observação de aves.

BARBOSA, Karlla Vanessa de Camargo; PIVATTO, Maria Antonietta Castro; NASCIMENTO, Roseli Azi; MARQUES, Edson Moroni Vicente Cardoso; SILVA, Daniela Alves Maia da; CARVALHO, Guto; QUENTAL, João Guilherme Sanders; **Perspectivas para a observação de aves no Brasil**. 2024. 24 p. Disponível em: <https://faunanews.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Artigo-censo-dos-observadores-de-aves.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

BANCO MUNDIAL. **The Economic Benefits of Nature-Based Tourism**. [S. l.]: World Bank, [s. d.], 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/environment/brief/nature-based-tourism>. Acesso em: 20 set. 2025.

Binocular Bliss - **Brazil's ultimate birdwatching hotspots revealed**. FemaleFirst, 14 ago. 2025. Disponível em: <https://www.femalefirst.co.uk/travel/binocular-bliss-brazils-ultimate-birdwatching-hotspots-revealed-1427787.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Institui o Dia da Ave (5/10) e reconhece o sabiá-laranjeira como ave nacional**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de observação de aves alia lazer à natureza**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-de-observacao-de-aves-alia-lazer-a-natureza>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Tendências do Turismo 2025 – Conexão com a Natureza**. Brasília: MTur, 2025.

BTO – BRITISH TRUST FOR ORNITHOLOGY. **Annual report 2022-2023.** Thetford: BTO, 2022.

CARVALHO, G.; HINGST-ZAHER, E. **Manual técnico para torres, abrigos e mobiliário de apoio à observação de aves.** São Paulo, São Paulo: Tijd Edições, 2019 2019.

CORNELL LAB OF ORNITHOLOGY. **Birding and conservation statistics.** Ithaca, NY: Cornell University, 2023.

EMBRATUR. **Insights de Mercado 2025 – Estados Unidos.** Brasília: Embratur, 2025.

EMBRATUR. **Insights de Mercado 2025 – Reino Unido.** Brasília: Embratur, 2025.

EMBRATUR. **Relatório de Tendências e Insights de Mercado 2025.** Brasília: Embratur, 2025.

FUTURE MARKET INSIGHTS. **Brazil Safari Tourism Market: Growth, Size, Demand & Forecast 2025-2035.** Disponível em: <https://www.futuremarketinsights.com/reports/brazil-safari-tourism-market>. Acesso em: 10 out. 2025.

FWS – U.S. FISH AND WILDLIFE SERVICE. **Relatório de participação e gastos com wildlife watching].** Washington, DC: USFWS, 2022.

GOVERNO DA BAHIA. **Roteiro Integrado do Turismo de Observação de Aves** (todas as zonas turísticas). 2024.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **Manual de Aviturismo para RPPNs.** Campo Grande, 2024.

HAMMOUD, R. et al. **Birdwatching as nature-based therapy: Impact on anxiety and depression.** Journal of Environmental Psychology, v. 81, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2022.101805>

HAMMOUD, R.; TOGNIN, S.; BURGESS, L. et al. **Smartphone-based ecological momentary assessment reveals mental health benefits of birdlife.** Scientific Reports, v. 12, 17589, 2022. <https://doi.org/10.1038/s41598-022-20207-6>

LICARIÃO, C. et al. **Zoneamento do Turismo de Observação de Aves do Ceará.** 2023. Disponível em https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2023/09/Zoneamento-do-Turismo-de-Observacao-de-Aves-do-Ceara_ok.pdf

LICARIÃO, C. et al. **Viabilidade Econômica Turismo Observação de Aves do Ceará.** 2024. <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2022/01/Viabilidade-Economica-Turismo-Observacao-de-Aves-do-Ceara-2024.pdf>

MARTÍNEZ, J. **Perfil del turista de naturaleza.** Lima: PromPerú, 2014.

OCAMPO-PEÑUELA, N.; WINTON, R. S. **Economic and conservation potential of bird-watching tourism in post-conflict Colombia.** Tropical Conservation Science, v. 10, p. 1-6, 2017. <https://doi.org/10.1177/194008291773386>

ONU 2025. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Consultado em: outubro de 2025>.

PACHECO, J.F.; SILVEIRA, L.F.; ALEIXO, A.; AGNE, C.E.; BENCKE, G.A.; BRAVO, G.A.; BRITO, G.R.R.; COHN-HAFT, M.; MAURICIO, G.N.; NAKA, L.N.; OLIMOS, F.; POSSO, S.; LEES, A.C.; FIGUEIREDO, L.F.A.; CARRANO, E.; GUEDES, R.C.; CESARI, E.; FRANZ, I.; SCHUNCK, F.; & PIACENTINI, V.Q. 2021. **Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee** – second edition. Ornithology Research, 29(2). Disponível em <<https://doi.org/10.1007/s43388-021-00058-x>>.

PARANÁ. **Lei nº 7.957, de 1984. Declara a Gralha-azul ave-símbolo do Estado do Paraná.** Curitiba: Assembleia Legislativa do PR.

PIVATTO, M.A.C. e SABINO, J. 2007a. **O turismo de observação de aves no Brasil: breve revisão bibliográfica e novas perspectivas.** Revista Atualidades Ornitológicas Nº 139, pp.10-13.

PIVATTO, M.A.C. e SABINO, J. 2007b. **Infraestrutura receptiva para o turismo de observação de aves no Pantanal Sul e Planalto da Bodoquena, Mato Grosso do Sul.** FGV: Observatório de Inovação do Turismo, Revista Acadêmica. Disponível em <<http://www.ebape.fgv.br/revistaoit>>.

PLANETA AVES. Disponível em <<https://www.youtube.com/c/PlanetaAves>>. Consultado em: outubro de 2025.

PROJETO AVES DE NORONHA. **Relatório de Impacto. Fernando de Noronha: Projeto Aves de Noronha, 2023.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1UoBOQ8yi-pCIgWOg_nIno2_xKHTPkYGT/view?usp=sharing

PROJETO AVES DE NORONHA. **Relatório de Impacto. Fernando de Noronha: Projeto Aves de Noronha, 2024.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1UAbXohta857QVY78LXXRVy2nisYmqMxt>

COMITÊ BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS (CBRO). Resoluções do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos - 2025. 2025. Disponível em: <https://www.cbro.org.br>. Acesso em: 31 out. 2025.

SALAMAN, P.; DONEGAN, T.; CARO, D. **Listado de aves de Colombia 2009**. Conservación Colombiana, n. 8, p. 1-89, 2009.

SCHWOERER, T.; DAWSON, E. **Bird tourism in Alaska: Trends and economic value**. Alaska Journal of Economic Studies, 2022.

STATTERSFIELD, A. J.; CROSBY, M. J.; LONG, J. A.; WEGE, D. **Endemic Birds Areas of the World: Priorities for biodiversity conservation**. BirdLife International. Cambridge, U.K.

SOUTH AMERICAN CLASSIFICATION COMMITTEE. **Species Lists of Birds for South American Countries and Territories** 1998. Disponível em: <https://www.museum.lsu.edu/~Remsen/SACCCountryLists.htm>.

UN TOURISM. **UN Tourism Data Dashboard: Key Indicators**. UN Tourism, [s. d.]. Disponível em: <https://www.untourism.int/tourism-data/un-tourism-tourism-dashboard>. Acesso em: 20 set. 2025.

USFWS 2016. Birding in the United States: **A Demographic and Economic Analysis**. Consultado em: outubro de 2025.

USFWS 2022. Birding in the United States: **A Demographic and Economic Analysis**. Consultado em: outubro de 2025.

WIKIAVES. **WikiAves – A Enciclopédia de Aves do Brasil**. 2008-. Acesso em: 20 setembro de 2025. <https://www.wikiaves.com.br/>

WORLD ECONOMIC FORUM; KEARNEY (colab.). **Travel and Tourism at a Turning Point: Principles for Transformative Growth**. Genebra: World Economic Forum, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/travel-and-tourism-at-a-turning-point-principles-for-transformative-growth>. Acesso em: 20 set. 2025.

MINISTÉRIO DO
TURISMO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO PÔVO BRASILEIRO